

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
**SEGURANÇA DO SISTEMA HÍDRICO E SAÚDE PÚBLICA**

**DIA 1**

Em 20 de agosto de 2015, nas dependências do Auditório Queiroz Filho, na presença dos Promotores de Justiça **RICARDO MANUEL CASTRO**, Promotor de Justiça Secretário Executivo do GAEMA Núcleo Cabeceiras, **ALEXANDRA FACCIOLLI MARTINS**, Promotora de Justiça GAEMA PCJ Piracicaba, **IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO**, Promotor de Justiça Secretário-Executivo do GAEMA PCJ Piracicaba, **OTÁVIO FERREIRA GARCIA**, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, **RODRIGO SANCHES GARCIA**, Promotor de Justiça Secretário-Executivo do GAEMA PCJ Campinas, **EDUARDO DIAS DE SOUZA FERREIRA**, 15º Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital, **CLÁUDIA CECILIA FEDELI**, 6ª Promotora de Justiça do Meio Ambiente, **JOÃO PAULO FAUSTINONI E SILVA**, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Educação – GEDUC, **BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA**, Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Inclusão Social, **JAIME MEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR**, Promotor de Justiça Secretário-Executivo do GAEMA Vale do Paraíba, **EDUARDO FERREIRA VALÉRIO**, Promotor de Justiça Coordenador do Núcleo de Políticas Públicas, **PATRÍCIA SALLES SEGURO**, Promotora de Justiça Assessora do Núcleo de Políticas Públicas, da Procuradora Regional da República **SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI**, da Defensora Pública do Estado de São Paulo **THALITA VERÔNICA GONÇALVES E SILVA**, da Procuradora-Chefe Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo **CLAUDIA REGINA LOVATO FRANCO**, do Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo **THIAGO PINHEIRO LIMA**, compareceram as pessoas indicadas nas inclusas listas de presença, que ora passa a fazer parte integrante da presente, bem como as seguintes autoridades:

Sr. Antônio Márcio de Siqueira, Prefeito de Aparecida; Sr. Roberto Rocha, Prefeito de Vargem Grande Paulista; Sr. Elvis Tomé, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos de Vinhedo; Sr. Willhes Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Salto; Sr. Angelo Cesar Angeleli, Prefeito de Saltinho; Sr. Petrus Bartholomeus Weel, Presidente da Câmara de Holambra; Sra. Mari Leiha Bacciotti Cândido, Presidente da Câmara de Itirapina, neste ate representando o Prefeito de Itirapina; Sr. Juca Bortolucci, Presidente da Câmara de Santa Bárbara d'Oeste; Sr. José Pereira da Silva Neto, Vereador de Biritiba-Mirim; Sr. José Rodrigues Ares, Vereador de Biritiba-Mirim; Sra. Geni Pocel, Vereadora do Município de Itirapina; Sr. Marcelo Batista de Miranda Melo, Vereador de Biritiba-Mirim; Sra. Letícia de Fátima Moraes, Secretária Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Suzano; Sr. Aparecido Pires de Castro, Secretário de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Município de Barueri; Sr.

Osmar da Silva Júnior, Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira, neste ato representando o Prefeito de Limeira; Sra. Cláudia Zago, Diretora de Meio Ambiente da Prefeitura de Itatiba, neste ato representando o Prefeito de Itatiba; Sr. Antônio Carlos dos Santos, Assessor ARSESP; Sr. Nuno Coelho, Assessor Técnico, neste ato representando a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo do Município de São Paulo; Sr. Gonçalo Ferraz Cardoso, Presidente SAEG – Concessionária de Água de Guaratinguetá, neste ato representando o Prefeito de Guaratinguetá; Sra. Carmen Valio, Assessora, neste ato representando o Deputado Estadual Barros Munhoz; Sr. Romildo Campelo, Secretário Adjunto da Secretaria de Verde e Meio Ambiente de São Paulo; Dr. Marcelo Bezerra, Coordenador de Recursos Hídricos, neste ato representando o Presidente da OAB São Paulo; Sr. Reginaldo Pereira Lima, Gestor Governamental de Caieiras, neste ato representando o Prefeito de Caieiras; Sr. Gilberto Lorenzon, Secretário do Meio Ambiente e Urbanismo de Vinhedo; Sra. Fabiana Fiori, Professora da Unesp, neste ato representando o Reitor da Instituição; Sr. Roberto Mario Polga, Coordenador Regional de Meio Ambiente, neste ato representando Dr. Nelson Pereira dos Reis, Diretor Titular do Departamento do Meio Ambiente – Fiesp; Sr. Diego Luiz da Silva Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Paraibuna, representando o respectivo Presidente.

Pelo Dr. Ricardo foi dado início aos debates, primeiramente fazendo uma leitura das autoridades presentes convidadas e posteriormente introduzindo o tema em discussão. Pontuou que a apuração das irregularidades acerca dos recursos hídricos vem sendo feita pelo Ministério Público de São Paulo e Ministério Público Federal desde ao ano de 2004 - época em que foi concedida a outorga do Sistema Cantareira, que hoje se encontra em fase de discussão para renovação da outorga - inúmeras recomendações foram feitas para que fossem observados os critérios técnicos de segurança dos recursos hídricos, ressaltando principalmente o ano de 2012. O não acatamento dessas recomendações, o descumprimento das obrigações e limites das outorgas dos principais sistemas de abastecimento do Estado, a falta de investimento no combate de perdas, a ausência de obras para aumento de disponibilidade hídrica, a ausência de obras para recuperação de APPs e áreas de proteção e recuperação de mananciais, a flexibilização de legislações ambientais, a ausência da universalização da coleta e tratamento de esgoto, a negação da crise, o adiamento de decisões importantes, aliado ao agravamento de um cenário climático que era previsível, levaram, em um apertado resumo, a crise pela qual passamos. De acordo com esse cenário, relatou que dezenas de investigações foram instauradas, merecendo destaque a atuação dos seguintes órgãos do MP/SP e respectivos promotores de justiça, que compõem a mesa de trabalho desta audiência pública, em especial os Núcleos GAEMA Cabeceiras, GAEMA PCJ-Piracicaba, pela Dra. Alexandra e Dr. Ivan, GAEMA PCJ Campinas, pelos Drs. Rodrigo e Geraldo Navarro Cabañas, GAEMA Vale do Paraíba, pelos Drs. Jaime do Nascimento e Laerte, assim como os grupos específicos de inclusão social, Dra. Beatriz Helan, Dr. João Paulo que cuida do GEDUC, Grupo de

Atuação Especial de Educação, a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, assim como a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, representada nessa mesa pela Secretária Executiva Dra. Cláudia Cecília Fedeli, bem como Dr. Otávio, Secretário da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, estão empenhados na análise e investigação de diversos aspectos afetos a crise hídrica do Estado de São Paulo. Visando a instruir parte destas dezenas de investigações é que foi concebida esta audiência pública cujo principal escopo é colher provas diretamente da população afetada por esse cenário acima delineado. Enfatizou que, sem pretender esgotar o assunto, são em princípio essas investigações a seguir projetadas, que serão objeto de prova específica durante a audiência pública. São 3 (três) inquéritos civis instaurados no GAEMA Cabeceiras: um a respeito da regularidade e omissão dos poderes públicos no que diz respeito a gestão dos recursos hídricos na Região Metropolitana de São Paulo; outro a respeito da qualidade da água do Sistema Produtor do Alto Tietê, bem como o inquérito civil que diz respeito as obras de reforço do Alto Tietê. Por parte do GEDUC, há um inquérito civil que apura as medidas preventivas de ações para garantia de não interrupção das aulas nas unidades de ensino do Estado de São Paulo. Há também um inquérito civil instaurado no GAEMA do Vale do Paraíba no que diz respeito à situação dos Reservatórios de Paraibuna, Santa Branca e Jaguari, Vale do Paraíba do Sul e seus afluentes, inclusive no tocante a qualidade da água. Perante a Promotoria do Patrimônio Público, tem uma investigação que diz respeito à regularidade dos gastos que teriam sido feitos para o enfrentamento da crise hídrica do Estado de São Paulo. Perante o GAEMA Piracicaba, foi instaurado o inquérito civil nº 05/2014, o qual apura a interferência da vazão atual descarregada do Sistema Cantareira para as Bacias dos Rios Piracicaba-Capivari e Jundiá no comprometimento da qualidade de suas águas, bem como um outro inquérito civil para apurar a qualidade da água do Sistema Cantareira. Há também um inquérito civil nº 52/2015 da Promotoria de Interesses Difusos da Infância e Juventude da Capital, presidido pelo Dr. Eduardo Dias Araújo, que visa à apuração de eventuais medidas pelo poder público para garantir o respeito e a prioridade absoluta das crianças e dos adolescentes no contexto da crise do abastecimento de água em São Paulo. Na Promotoria de Direitos Humanos, sob a presidência da Dra. Beatriz Helena Budin Fonseca, foi instaurado um inquérito civil nº 277/2015 que visa à apuração do fornecimento de água para abrigamentos de acolhimentos de pessoas em situação de rua. Por fim, o Inquérito Civil nº 452/2105, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, presidido pelo Dr. Marcos Lúcio Barreto, que tem por objeto a apuração da qualidade da água dos Sistemas Billings, Guarapiranga, Alto Cotia, Rio Claro e Rio Grande. Ressaltou que são esses os inquéritos civis que serão objetos de prova colhida durante esta audiência pública, sem prejuízo de que novas investigações sejam instauradas como resultados da prova que venha a ser colhida nesta data, caso esses fatos não se encaixem em nenhuma das investigações existentes. É também de se registrar que essas investigações deram azo ao ajuizamento de algumas medidas, dentre elas judiciais, merecendo destaque 4 (quatro) ações civis públicas, uma em litisconsórcio com o Ministério Público Federal, no que diz respeito a

gestão do Sistema Cantareira, uma outra na Vara da Fazenda Pública da Capital no que diz respeito a renovação da outorga do Sistema Produtor Alto Tietê, uma terceira ação civil pública julgada procedente referente a obrigatoriedade da Sabesp na divulgação dos índices reais de armazenamento do Sistema Cantareira e uma última ação civil pública, recentemente ajuizada pelo GAEMA Cabeceiras e pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital, atacando uma das obras do Sistema Alto Tietê da transposição da Represa Billings para a Represa Taiapuêba. Na sequência, foram transmitidos alguns relatos fornecidos por parte dos parceiros do Ministério Público, mais especificamente pela fotógrafa Marta Lu, via telão, que registra o comprometimento da qualidade de vida do Estado de São Paulo, bem como fatos que são negados pelos órgãos de gestão de recursos hídricos. São esses fatos, continuou Dr. Ricardo, cujo conhecimento nós precisamos transformar em prova para que as investigações sejam tecnicamente aprofundadas a fim de se possibilitar o exercício das prerrogativas constitucionalmente conferidas ao Ministério Público. O vídeo mostrou imagens do Córrego dos Ajudantes, na cidade de Salto, com alta mortalidade de peixes devido a água preta que se formou dos resíduos que estavam acumulados no solo e no leito do rio com as chuvas; da Represa Taiapuêba – Sistema Alto Tietê no dia 28/10/2014, da Represa Jaguari – Sistema Cantareira, no dia 07/08/2015, com volume – 11,2%, bem como alguns depoimentos como de Rejane Farias, 45 anos: “tomar água da Sabesp causava diarreia todo dia. Agora temos que comprar água”, da Josilda Aparecida de Almeida, 40 anos: recebe água das 4:30h às 7:00h, além de não dormir direito, está com dor nas costas de tanto carregar baldes; da Flávia Monteiro, 41 anos, nervosa porque não sabe quando a água vai voltar, estava há 30 horas usando as reservas e já havia ligado para a Sabesp 5 vezes no dia 10/07/2015, da Dona Tereza Moyses Gomes, 72 anos, mora em Lauzane Paulista, junto com mais 5 familiares, recebe água do Sistema Cantareira e quase morreu por causa de uma bactéria na água e todo dia vê sua água acabar na torneira; mostrou imagens também dos Banheiros da Tenda Bresser que estavam fechados há 3 dias por falta de água, local para a população de rua ter o mínimo de higiene no dia 03/03/2015, bem como de Deputado falando na Assembleia sobre a crise hídrica em 03/02/2015 –praticamente vazio o ambiente e da Represa Ponte Nova – Sistema Alto Tietê, 15/01/2015, vol. 10,9%. Por fim, ainda pelo Dr. Ricardo, foram feitos alguns agradecimentos aos especialistas, que farão as apresentações nos dois dias, aos assistentes técnicos de promotoria, aos servidores públicos e demais funcionários e parceiros que auxiliaram nos trabalhos telados.

Pela Dra. Sandra Kishi, Procuradora Regional da República, foram feitos os agradecimentos iniciais a todos os participantes do evento, em especial ao presidente dos trabalhos, Dr. Ricardo Manuel Castro. De início parafraseou a fala da colega Juliana Andrade definindo crise hídrica como o “lapso de tempo em que o velho não morreu e o novo não nasceu”. Assim, indagou o papel do Ministério Público Brasileiro frente a esta crise que estamos vivenciando, respondendo, em seguida, que deve conectar-se efetivamente com as

chances de vitória, através de nova atuação com inovadoras atividades, no sentido de novo formato de atuação ministerial, com posturas mais ativistas dos seus membros. Discorreu mais especificamente sobre a qualidade da água de uma forma integrada com a saúde pública. Prosseguiu relatando que dos 2,5 milhões de m<sup>3</sup> de água doce no planeta, só 0,26% vem de sistemas fluviais, reservatórios e lagoas. Portanto, é inadmissível que a poluição e o uso inadequado do solo possam comprometer de alguma forma essa baixa disponibilidade hídrica. A própria Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9433/97, valoriza ações preventivas e de preservação com reais investimentos e preservação ambiental de nascentes, áreas de recarga e áreas de preservação permanente. Falou, nessa mesma oportunidade, sobre o “Projeto Qualidade da Água”, desenvolvido no âmbito do MPF, que visa promover a articulação dos órgãos gestores e de governo, Ministérios Públicos dos Estados envolvidos no foco da crise hídrica, especialistas técnicos e a sociedade para juntos estudarem e definirem metas progressivas de qualidade da água, tendo como mote colocar a despoluição em primeiro plano. Posteriormente, falou dos inquéritos civis instaurados no âmbito do Ministério Público Federal acerca da temática, com destaque para o caso da Procuradoria da República do Município de Taubaté, em que o Procurador da República responsável, implementando o artigo 47 da Lei do SNUC, procurou fazer uso da efetiva compensação, em uma UC da Bacia Hidrográfica pelo simples fato do uso dos recursos hídricos. Também na Procuradoria da República em Jales, o Procurador da República organizou diversas reuniões públicas e promoveu uma atuação conjunta, que resultou em uma ação civil pública em litisconsórcio com pescadores sobre a Usina de geração de energia de Ilha Solteira, por seus reservatórios que contam até hoje com uma baixíssima vazão. Também no Rio de Janeiro, na Procuradoria da República de Campos dos Goytacazes foi promovida uma ação civil pública para apresentação do estudo de impacto ambiental para as obras de transposição do Jaguari para o Atibainha, do nosso Sistema Cantareira, envolvendo as Bacias do PCJ e Paraíba do Sul, sendo que atualmente esta ação civil pública encontra-se no STF. Também destacou a ação civil pública em litisconsórcio com o GAEMA PCJ Piracicaba e Cabeceiras, além de outros trabalhos em andamento. Ademais, enfatizou no que concerne à declaração oficial de criticidade da Bacia do Alto Tietê, realizada no dia de ontem, esta foi feita sem nenhuma regra de medida de restrição ou de suspensão de outorga para o Alto Tietê. Foi realizada sem a fiscalização dos diversos usos da água, sem estudo técnico consistente para se definir valores a serem cobrados pelo uso de água em momento de crise, sem nenhum planejamento de ações de contingência ou de minimização dos efeitos da seca e também sem estudo para lastrear a aplicação de recursos públicos em obras realmente necessárias de regularização de cursos d’água e de distribuição ou despoluição hídrica e não apenas resumir a aplicação em obras de transposições sem o devido tratamento da questão da qualidade da água. Também indagou de que adianta essa declaração óbvia de criticidade hídrica sem ser organizado um sistema facilitado de informações e ainda sem ao menos propor-se a disponibilizar através de incentivos financeiros ou políticas voltadas a conservação quali-quantitativa dos recursos

hídricos. Em conclusão, disse que o MPF, pelo Projeto Água, luta pela democratização dos processos decisórios ambientais com participação em controle social e espera que nesta audiência pública seja o espaço cidadão adequado para importantes decisões.

Pelo Dr. Thiago Pinheiro Lima, Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, após os agradecimentos aos presentes e o enaltecimento da iniciativa do Ministério Público de São Paulo, narrou que a meta prioritária para o plano de atuação do MP de Contas de SP para o ano de 2015 foi o enfrentamento da questão da escassez dos recursos hídricos, na perspectiva de apurar a responsabilidade no âmbito das contas de governo, da falta de planejamento e também no âmbito das contas de gestão verificar, ou melhor, fazer uma análise de todas as contratações perpetradas pela Sabesp, buscando evidenciar os problemas e os resultados sociais de suas ações. Ressaltou que a Sabesp, desde o início da crise hídrica, já realizou diversas contratações com fundamento na situação emergencial do artigo 24, inc. IV, da Lei de Licitações, sem que houvesse um reconhecimento expresso da crise hídrica, reconhecimento este que só veio acontecer na data de ontem. Continuou relatando que a Sabesp já gastou cerca de 200 milhões de reais em 11 (onze) contratações sem o devido procedimento licitatório, com base exclusivamente na argumentação de emergência, negada até o dia de ontem. Há ainda mais 200 milhões de reais pagos em outras contratações sendo estes ainda apurados na área de fiscalização. Portanto, nos últimos 12 (doze) meses foram gastos por volta de 400 (quatrocentos) milhões de reais, contratados diretamente, sem procedimento de licitação, com base nessa situação emergencial até ontem não oficializada. Por fim, a perspectiva do Ministério Público de Contas é a de que se possa colher provas para instruir esses procedimentos de investigação que foram instaurados, de forma a ser possível chegar a uma concretização e demonstração de quem são os verdadeiros culpados, individualizando essas responsabilidades e, além disso, buscar demonstrar e aferir os resultados sociais de todas as ações que estão sendo empreendidas pela Sabesp.

Pela Dra. Cláudia Regina Lovato Franco, Procuradora-Chefe Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo, foi dito que diante desse contexto em tela sempre há um reflexo para o trabalhador. O reflexo no caso dessa crise hídrica é a questão referente às terceirizações que têm sido realizadas dentro da Sabesp. Continuou dizendo que tem um processo em trâmite na Justiça do Trabalho, nº 02514.2015.5020064, sendo procedente em 1º grau. Neste processo houve a demonstração de que as terceirizações feitas pela Sabesp para os serviços de manutenção de sistema de esgoto, manutenção de sistemas em obras e instalação de equipamentos, dentre outros, são irregulares, sendo que houve a demonstração da exposição a vários riscos por parte dos trabalhadores, configurando um verdadeiro descaso com o desempenho de seus trabalhos, sendo nítida a preocupação do Ministério Público do Trabalho em tutelar essas pessoas e investigar as atividades ilícitas da Sabesp e dessas

empresas terceirizadas com ênfase na relação de trabalho, priorizando a dignidade da pessoa humana e o bem da vida.

Pela Dra. Thalita Verônica Gonçalves e Silva, Defensora Pública do Estado de São Paulo, foi ressaltada a sua plena convicção de que os maiores prejudicados pela crise hídrica são as pessoas carentes. Esta audiência pública, continuou a mesma, vai possibilitar a colheita de depoimentos a tudo o que está acontecendo na crise e demais problemas correlatos, dando voz à cidadania, corroborando para a defesa dos interesses de todos.

#### **Início das apresentações:**

O Presidente da mesa, Dr. Ricardo Manuel Castro, retomou a pauta direcionada aos especialistas, apresentando o Prof. Antônio Carlos Zuffo, Engenheiro Civil pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo, Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado na Universidade de Toronto, Canadá, membro de diversos organismos internacionais, entre outros. Destaca a colaboração do Acadêmico às atividades do Ministério Público do Estado de São Paulo, em especial, ao auxílio nas Ações Cíveis Públicas relacionadas ao Sistema Cantareira, passando então a palavra ao Prof. Antônio Carlos Zuffo.

Prof. Zuffo iniciou sua preleção afirmando que crise é uma oportunidade de aprender com erros, sugerindo a utilização de informações técnicas para que os fatos atuais não se repitam nos próximos anos. Apresentou um esquema gráfico do Sistema Cantareira, planejado na década de 60, construído em 1967 e concluída a primeira fase em 1974; a segunda fase iniciou-se em 1977 e terminou em 1982, com a construção de dois grandes reservatórios, o Jaguari e Jacareí: este sistema foi projetado, idealizado para fazer a regularização de 33 m<sup>3</sup>/s de vazão, afirmou o pesquisador. Mencionou que os dados hidrológicos disponíveis para o dimensionamento correspondiam a um dos períodos mais secos da história. Apresentou um gráfico de precipitação pluviométrica anual do IAC de Campinas que delimita o período dos dados disponíveis (década de 40 a 62 aproximadamente) como o mais seco registrado. Os dados mostravam que a medida da variância era pequena, ou seja, as vazões mínima e máxima tinham pequena variação em relação aos dados anteriores à década de 30 e posteriores à década de 60, e o dimensionamento do volume do reservatório atendeu a estas condições, de pequena variabilidade de máximos e mínimos. Ressaltou que, quanto maior a diferença entre as vazões máxima e mínima, maiores são as necessidades de volumes de reservatório para a regularização da vazão. Destacou que, usualmente, um reservatório regulariza vazão em valores abaixo da vazão média, em torno de 70-80%; quanto maior a vazão de regularização, maiores os volumes necessários para atendê-la. O professor salientou que grandes reservatórios correspondem a grandes áreas de alagamento, e o custo da terra, hoje, os tornam praticamente inviáveis;

Para ilustrar sua sustentação, Prof. Zuffo apresentou um gráfico com curvas de valores de precipitação anual, na bacia PCJ, comparando períodos de 1940-1975 e 1940-2011; os dados mostraram valores superiores de precipitação na série maior, concluindo-se que, nesta região, as chuvas aumentaram em meados da década de 70, levando a uma ideia equivocada de que o Sistema Cantareira produziria mais água (e chegou mesmo a produzir vazão maior que 40 m<sup>3</sup>/s); Postulou que o sistema foi projetado em um período mais seco e operado em períodos mais úmidos; Segundo o professor, vivenciamos um período de baixas precipitações, menores que nas últimas décadas;

Esclarecendo pontos mais técnicos, o palestrante explicou que, em anos hidrológicos diferentes, as precipitações são diferentes, por isso são construídos reservatórios para regular a vazão: armazena-se em situações de altas precipitações, para eventual utilização em épocas secas. Como o Sistema Cantareira foi projetado para variações pequenas, não é capaz de sustentar vazões elevadas nos períodos mais secos. O sistema, portanto, opera em alto risco, com aumento das chances de enchentes a jusante e risco de desabastecimento; isso se dá devido à necessidade de armazenar maior o volume possível de água. Apontou que, diante da maior variação, seria necessário aumentar o volume de reservatório para regularizar vazão de 40 m<sup>3</sup>/s: afirma que o sistema não consegue regular a vazão de 36 m<sup>3</sup>/s, atualmente outorgada.

Em continuidade à sua explanação, Prof. Zuffo definiu graficamente em um reservatório o que chamou de volume de espera, volume útil e volume morto; os limites superior e inferior do volume útil são denominados níveis máximo e mínimo operacional, respectivamente. O volume de espera tem a finalidade de atenuar cheias e o volume morto é assim chamado por não estar acessível, sem guardar relação com a qualidade da água; Pontuou que, em 2004, já haviam sido alterados os níveis operacionais do Sistema Cantareira, com a redução do volume de espera e do volume morto (diferentemente da utilização atual, que demandou bombeamento, pois o volume aproveitado está abaixo da tomada de água). O 'aumento' do reservatório não foi um aumento físico, e sim na 'canetada' (sic). A estimativa apresentada em seus estudos aponta para uma vazão passível de regularização de pouco mais de 34 m<sup>3</sup>/s (incluindo-se na análise os dados de 2014 e 2015, este valor tende a reduzir para pouco mais de 32 m<sup>3</sup>/s), abaixo do valor constante na outorga vigente. Em simulações matemáticas, o pesquisador afirmou que o sistema não conseguirá manter a vazão outorgada 100% do tempo, aliás, este valor tende a diminuir mais ainda em simulações com vazões mais elevadas. Alertou também para o fato de que se os volumes são insuficientes para a regularização da vazão atualmente outorgada, não existe volume para o "Banco de Águas", principalmente por restrição de espaço físico; o volume apontado neste banco era apenas virtual, e seu uso foi sabiamente interrompido pelo MP: caso continuasse sua utilização, que já vinha acelerando o esvaziamento dos reservatórios, a situação atual poderia ser pior.



Em continuidade, foi apresentada uma série histórica de precipitações, em destaque a linha referente à média de precipitação anual, mostrando-se praticamente constante ao longo dos anos. Na análise do palestrante, a estatística está correta, mas ao se levar em conta o efeito cíclico de longo período, uma nova análise permite considerar ciclos de aumento e redução nos volumes precipitados; esta abordagem possibilitou perceber que, nos intervalos crescentes, a variação é maior, evidenciada pelo alto desvio padrão; nos intervalos decrescentes, como o período referente à série que embasou o dimensionamento do S. Cantareira, a variação é menor. Estas observações levaram a concluir que, dependendo do método de análise dos dados disponíveis, pode-se levar a previsões e projeções errôneas. Exemplificou apontando que, ao avaliar os períodos de decrescimento e crescimento, é possível observar anos de seca até mais severa que a atual, cujo impacto foi menor em razão da menor densidade demográfica. O pesquisador sugeriu a utilização destas informações, ou seja, utilizar as variações cíclicas de longo período, já constatadas, na obtenção de parâmetros técnicos e projeções. Declarou que, se no passado foi feito errado, foi por desinformação e ausência de dados, mas hoje há informação disponível, possibilitando um aprimoramento técnico. Apresentou o parâmetro técnico 'Curva de Aversão ao Risco': de acordo com o pesquisador, esta curva relaciona o nível do reservatório com a vazão disponível, gatilhos previstos na outorga anterior, afirmando que, se tivessem seguido estes critérios técnicos, a situação atual seria diferente.

Concluindo, o Professor Zuffo apontou que as análises dos dados mostram períodos com extremos de precipitações (maior variação), necessitando de volumes maiores para a regularização de vazões; afirmou que o volume do Sistema Cantareira, baseado em registros históricos, somente regulariza 32 m<sup>3</sup>/s; que a outorga de 40 m<sup>3</sup>/s não garantirá o abastecimento das regiões metropolitanas de SP e Campinas, pelo contrário, esta vazão não será atendida nos próximos 20 anos; o 'Banco de Águas' não funciona com os volumes atuais e por fim, recomenda que a 'Curva de Aversão ao Risco' seja utilizada como gatilho na redução do risco de esvaziamento dos reservatórios, por ocasião da renovação da outorga do Sistema Cantareira.

Em sequência, a Mesa chamou o pesquisador americano, Dr. Richard Palmer, Professor da Universidade de Massachusetts e Professor Visitante da Universidade de Campinas - UNICAMP. Auxiliou na tradução simultânea da apresentação do Dr. Richard Palmer a Promotora de Justiça Dra. Susana Henriques da Costa, Assessora da ESMP.

O pesquisador, abrindo sua preleção, desculpou-se pelo idioma e agradeceu a oportunidade de falar nesta audiência, passando a expor a perspectiva americana no contexto da seca, compartilhando sua experiência no desenvolvimento de planos de gestão de secas e as lições aprendidas. Sobre a experiência vivenciada em São Paulo, questionou se o sistema estaria preparado para a seca atual. Comentou sua participação recente em workshops sobre a

gestão da seca, acompanhando, durante um período, estudos científicos de pesquisadores da Unicamp, inclusive aqueles que simulam a falência do Sistema Cantareira. Alegou que as condições em seu país são bem distintas das brasileiras, mas estabelece um paralelo entre São Paulo e a cidade de Nova Iorque. Como no Brasil, as secas também são frequentes nos EUA: 7 eventos ocorreram desde os anos 60 em NY, que resultaram em ação por parte do Estado. Estas ocorrências levaram à criação de protocolos, baseados em indicadores de estabilidade, gatilhos e ações. Em síntese, foram estabelecidos níveis de ação e atuação, como (i) a fase de observação, que dá início à conservação da água; (ii) fase de atenção, na qual a conservação voluntária de água é estimulada; (iii) a fase de emergência, onde restrições são impostas e (iv) fase de desastre, onde planos específicos são implementados. Salienta que todas as ações recebem apoio da população. Em âmbito nacional, Prof. Palmer cita o fomento a estudos científicos relacionados à seca, e lições importantes extraídas destes estudos, entre elas: O uso da água deve ter planejamento estratégico, tático e de emergência para secas; A população deve estar envolvida no desenvolvimento destes planos, por meio de transparência, parceria e planejamento colaborativo; Os planos devem ter indicadores de seca, gatilhos e ações claramente estabelecidas, como o uso da Curva de Aversão ao Risco; Explicações completas e acuradas sobre o panorama da seca e seus impactos são essenciais; Praticar planos emergenciais, em exercícios com a população, e a colaboração entre os provedores do recurso e os cidadãos sempre tornam planos e respostas mais efetivos.

A respeito da seca na Califórnia, o catedrático informou que o Estado está no 5º ano de seca; atravessa um período seco e quente, recorde histórico na Califórnia; durante este período, de forma surpreendente, a economia cresceu mais do que a média nacional, entre outros pontos positivos no contexto da gestão da seca. Afirma que isso só foi possível porque a Califórnia vem se preparando há mais de 20 anos; há engajamento efetivo da população pela causa e uma comunicação eficaz; em relação à conservação da água, 39% da irrigação se faz por gotejamento, e a demanda per capita reduziu em 25%; as respostas à situação de seca integram não só a água potável, mas também a água superficial, água subterrânea, águas pluviais e águas residuárias; destaca também a liderança demonstrada durante este período como ponto positivo no gerenciamento da seca.

Prof. Palmer ilustrou suas considerações apresentando um gráfico comparativo do volume de reservatórios ao longo dos anos; a partir de 2012, observa-se redução no volume armazenado, estando atualmente próximo do nível mínimo. Desde 2013, segundo ano, restrições foram impostas e, em 2014, decretado estado de emergência; em maio de 2015, novas ações foram anunciadas para a redução de 25% da água utilizada nas cidades. Além disso, informações claras a respeito do 'estado da arte' da seca, como mapeamento das regiões mais afetadas e disponibilidade da informação, demonstram a importância da comunicação clara entre as partes envolvidas na crise.

Retomando sua indagação inicial, referente à preparação de São Paulo para a crise hídrica, mostrou imagens da captação das águas do volume morto do Sistema Cantareira; admitiu a dificuldade em se fazer previsões, mas reforçou a importância da utilização de fatores de segurança adequados, diante da responsabilidade pública do fornecimento de água; Fez questionamentos, se os gestores da água planejaram ações para situações piores que as vividas no passado; se a população esteve envolvida no desenvolvimento dos planos de gestão e adequadamente informada da probabilidade das ações e seus impactos; se quando o sistema estava sobrecarregado, alcançando níveis criticamente baixos, sua operação foi alterada de modo suficiente; Para o catedrático, estas questões são respondidas pela própria realidade vivenciada em São Paulo. Dados apresentados mostraram a evolução do volume acumulado no sistema, com destaque para a drástica redução em 2014-2015; Por fim, indagou sobre os passos que estão sendo dados para entender quem está sofrendo o impacto da seca, além dos seus aspectos econômicos e sociais.

Concluindo sua explanação, Prof. Palmer afirmou que a seca pode agir como catalisador de mudanças; que traz um grande impacto nas pessoas e na economia; sendo a água um direito essencial, sua privação leva à contestação da governança; o não engajamento da população pode levar à falência do sistema.

Em continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa chamou à tribuna o Professor José Galizia Tundisi, graduado em História Natural pela USP, Doutor pela USP, atua como professor e orientador de Pós-graduação em diversas instituições nacionais e internacionais, entre outras qualificações.

Professor Tundisi agradeceu o convite e saudou a todos os presentes, pautando em seu preâmbulo a abrangência da crise hídrica nos diversos setores, abastecimento público, produção de energia, produção de alimentos, trazendo problemas econômicos, sociais e ambientais. Para o professor, o planejamento envolvendo recursos hídricos deve ser integrado e devem ser consideradas a disponibilidade e a demanda de água, em razão da enorme complexidade dos problemas decorrentes da sua escassez, como os vividos em São Paulo atualmente; Comentou os pontos importantes levantados pelos especialistas, como as projeções da hidrologia e o manejo do recurso em momentos de crise, afirmando que o problema não é só a disponibilidade hídrica, mas também de planejamento e gestão.

O acadêmico, inicialmente, destacou que problemas relacionados à água estão ocorrendo em escala global, exemplificando com a seca no nordeste e cheias no sul do país, relacionando-os às mudanças climáticas em todo o planeta; introduziu o conceito de segurança hídrica, que, em resumo, é a capacidade de uma população em garantir acesso, a quantidade, a qualidade da água para sustentar a saúde humana e dos ecossistemas, e de assegurar proteção contra desastres relacionados com a água (enchentes, deslizamentos e secas); Que

um planejamento deve considerar a segurança hídrica, a vulnerabilidade e acessibilidade; Salientou que, em números globais, há centenas de milhões de pessoas sem acesso adequado à água; bilhões sem acesso a saneamento básico e a eletricidade; ocorrem cerca de 4 bilhões de episódios anuais de doenças respiratórias, diarreias e doenças de veiculação hídrica; Aponta o uso atual insustentável da água, com aumento dos usos competitivos dos recursos hídricos, a degradação da qualidade, aumento das enchentes e secas, aumento da vulnerabilidade das populações humanas, problemas de acessibilidade, principalmente nas grandes metrópoles;

Mencionou os usos múltiplos da água e enfatizou sua relação com o uso do solo; Destacou uma lição importante ao analisar comparativamente o parâmetro 'taxa de evapotranspiração' de diferentes usos do solo, como culturas agrícolas, pastagens, florestas entre outros, concluindo que a manutenção das florestas é fator determinante para a manutenção do ciclo hidrológico, da reposição de umidade para a atmosfera e da capacidade de recarga do aquífero; traçou considerações de como a evapotranspiração na Amazônia afeta o sistema hidrológico no Sudeste, mostrando o alcance e a inter-relação do ciclo da água, do conjunto de processos que envolvem o ciclo hidrológico. Sugeriu que é possível uma redução de demanda, conseqüentemente, dos usos múltiplos da água, e uma adequação à disponibilidade global, por meio de gestão eficaz.

Professor Tundisi salientou que água, energia e alimentos estão interligados; mencionou a degradação progressiva da água nos últimos 150 anos; relatou um aumento do número de poluentes na água, principalmente no século XX; a complexidade das substâncias encontradas na água, como hormônios, medicamentos, pesticidas, cosméticos, entre outras, muitas não detectáveis em metodologias usuais, levam a necessidade de análises e métodos de detecção mais elaborados, bem assim sistemas de tratamento de água; relatou a presença de substâncias dissolvidas que escapam ao tratamento, com impacto ainda desconhecido; mostrou mapa da deterioração da água com nitrogênio, fósforo e outros contaminantes no Brasil, com pontos de melhor e pior qualidade, e áreas críticas como as bacias do Nordeste, a bacia do Tietê e a bacia dos Sinos, na região sul.

No caso de São Paulo, o pesquisador esclareceu que o crescimento de São Paulo se deu em direção aos seus mananciais, e destacou a importância desta ocupação em relação à gestão integrada dos recursos hídricos, ou seja, das águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas; dos problemas relacionados do uso intensivo do solo e ao descarte de poluentes nos corpos hídricos; Apresentou um gráfico de perda de fósforo em diferentes usos do solo, destacando-se o elevado aporte observado em áreas urbanas, apontado como causa da degradação das águas superficiais e subterrâneas.

Abordando as mudanças climáticas globais, citou o aumento das temperaturas médias em relação à média histórica: há estudos na Represa do Lobo que mostram um aumento da população de cianobactérias relacionado ao incremento de temperatura; Outro estudo mostrou que em períodos de menor precipitação e maiores temperaturas foram observadas altas concentrações de alga tóxica invasora em todo o reservatório, que resultou no ajuizamento de uma ação civil pública pelo Dr. Ivan Carneiro Castanheiro; ilustrando suas ponderações, o pesquisador apresentou uma imagem de satélite da represa Guarapiranga, que evidencia a alta contaminação da água, lembrando que esta é água que será tratada para abastecer cerca de 5 milhões de pessoas em São Paulo; mostrou também imagens de uma área alagada em Parelheiros, referente a um trabalho desenvolvido, do transporte de água de reservatório de Itaquaquecetuba para a Guarapiranga, utilizando esta área alagada como filtro natural.

A segurança hídrica, a adaptação climática e a redução ao risco de desastres são aspectos interligados, segundo o professor, que ressaltou a relevância da aproximação com a Academia para suporte científico nas ações e planos de gestão dos recursos hídricos, informando ainda que existem muitos estudos científicos não aproveitados; relacionou o custo do tratamento da água à sua qualidade na fonte que, por sua vez, guarda estreita relação com o uso do solo: a falta de cobertura vegetal nas áreas de mananciais implica em um custo muito mais alto para o tratamento da água;

Quanto à acessibilidade e vulnerabilidade da população em relação à água, professor Tundisi apontou diversos pontos que devem ser considerados, sendo eles: água suficiente e acessibilidade global; redução do risco e vulnerabilidade; melhoria a qualidade de vida; abordagem integrada; governança integrada, interdisciplinaridade e a utilização da bacia hidrográfica como unidade;

Trazendo o enfoque para Gerenciamento, prof. Tundisi destaca as principais diferenças entre as abordagens dos séculos 20 e 21: no primeiro, o gerenciamento sempre foi local, setorial e de resposta à crise; atualmente, vem migrando para um gerenciamento onde se trabalha o ecossistema (bacia hidrográfica), atuando de forma integrada e preditiva, fazendo menção à importância dada pelos especialistas que o antecederam neste evento a estudos e previsões. Quanto ao futuro dos recursos hídricos, o acadêmico elencou pontos considerados relevantes, como: mudanças globais e seus impactos; avanços na governança de água: descentralização; bacias hidrográficas; saneamento básico, tratamento de esgotos; redução do consumo de água (doméstico, indústria, agricultura); conservação e proteção de ecossistemas aquáticos e a biodiversidade aquática; quantificação dos serviços ecossistêmicos de lagos, rios, represas e áreas alagadas; Destacou a importância no contexto água e urbanização, sugerindo aprofundar a capacidade de planejamento e a gestão de recursos hídricos nas áreas urbanas;

integrar recursos hídricos e o plano diretor dos municípios bem como a educação da população, formação de recursos humanos, preparação de técnicos;

O especialista trouxe à pauta o documento "Carta de São Paulo": em 2014, a Academia Brasileira de Ciências incumbiu uma equipe de 15 especialistas de fazer uma avaliação crítica da questão da água em São Paulo, traçando recomendações, que, em suma, apontam para uma ameaça real à segurança hídrica no Sudeste; Ar, água e solo poluídos comprometem os usos múltiplos dos recursos hídricos, recomendando-se então às autoridades municipais, estaduais e federais as seguintes ações: (i) Modificações imediatas no sistema de governança de recursos hídricos; (ii) Implementação de planos de contingência; (iii) Uma drástica redução do consumo de água e outras medidas emergenciais para 2015; (iv) Investimento imediato em medidas de longo prazo; (v) Projetos de saneamento básico e tratamento de esgotos em nível nacional, estadual e municipal; (vi) Monitoramento de quantidade e qualidade da água; (vii) Proteção, conservação e recuperação da biodiversidade; (viii) Reconhecimento público e conscientização social da amplitude da crise; (ix) Ações de divulgação e informação de amplo espectro e (x) Capacitação de gestores com visão sistêmica e interdisciplinar.

Finalizando, professor Tundisi relacionou quatro pontos que estão interligados e interdependentes: recursos naturais, sistema climático, segurança humana e estabilidade social, e qualquer alteração em um ou vários deles pode desencadear alterações nos demais. Salientou a responsabilidade da sociedade em buscar saídas e soluções para garantir o futuro, produzindo ideias e projetos e acreditando na capacidade de modificar a realidade por meio da ciência e tecnologia, e principalmente, gestão integrada, com pessoas e organizações, em diferentes áreas de conhecimento.

Dando prosseguimento aos trabalhos, foi dada a palavra à uma das parceiras na divulgação deste evento, a "Aliança pela Água", neste ato representada pela Sra. Marussia Whately, que iniciou sua apresentação esclarecendo que "Aliança pela Água" é uma coalizão da sociedade civil, criada em 2014, com o objetivo de contribuir com a construção da segurança hídrica em São Paulo; baseia-se em três premissas: a água é um direito humano, não mercadoria; Todos os níveis de governo têm responsabilidades; É preciso recuperar e proteger as fontes de água. Seus objetivos são colaborar no enfrentamento da crise; promover o debate público, trazer informações e propor uma nova cultura de cuidado com a água, articular organizações e movimentos, bem como buscar a construção de pactos sociais, juntamente com o poder público e a iniciativa privada.

Discorreu sobre a seca de 2014, que trouxe à tona os problemas relacionados à gestão e falta de transparência; da vulnerabilidade diante das mudanças climáticas, principalmente grandes metrópoles como São Paulo. Citou estudos do INPE/CEMADEN na Região Metropolitana de São Paulo, que apontam um aumento da frequência de chuvas intensas,

causadoras de enchentes e deslizamentos, distribuídas entre períodos secos que podem se estender por meses; que os acontecimentos recentes mostram que não estamos preparados para as mudanças climáticas, que os problemas só tendem a piorar e é preciso considerar possíveis estratégias de adaptação. Destacou o despreparo para o desafio da água no século XXI e alertou para o fato que desde o início dos anos 2000, a ONU já relacionava a crise de água com crise de governança; que este desafio, em escalas global, nacional e local, é gigantesco e a responsabilidade no cuidado da água deve ser compartilhada. Ponderou sobre a crise em São Paulo, como uma combinação de 4 fatores: (i) gestão baseada em obras e perspectivas de ampliação de consumo; (ii) degradação das fontes de água, relacionando-a com crescentes ocupações, mencionando ainda a recente liberação da construção de obras do programa Minha Casa Minha Vida no Parque dos Búfalos, região da represa Billings; (iii) déficit de chuvas e evento climático extremo e (iv) falta de participação e controle social. Segundo a palestrante, expondo uma mapa do Sistema Cantareira, mostra que menos de 30% da região ainda possui vegetação; 70 % das APPs não possuem vegetação, sendo que a situação mais crítica é a da represa de Jacareí, com apenas 9% das APPs com vegetação, questionando de quem é a responsabilidade de recuperação, se na esfera estadual, os comitês ou a Sabesp; Levantou a questão da menor disponibilidade de água atualmente, em relação aos anos anteriores, que há falta de água, apesar da negação do governo, lembrando que estamos no segundo ano de utilização do volume morto do sistema Cantareira e que as ações são voltadas apenas para situações de emergência; Assinalou também que não há plano para enfrentamento da crise que leve em consideração seus múltiplos impactos e responsabilidade compartilhada. Para a oradora, a crise é de gestão, pois não existe clareza em relação às responsabilidades, não há consulta sobre as medidas adotadas, entre outras questões, como a atuação federal restrita à ANA.

Abordando o tema de quem cuida da água, a conferente observou duas políticas predominantes, aquela relacionada aos recursos hídricos, que olha para usuários, o abastecimento urbano, a agricultura, a indústria e outra, relacionada ao saneamento, que abrange bacias hidrográficas; citou a lei regulamentada em 2010 envolvendo água, resíduos sólidos, esgoto, drenagem, que determina as regras de concessão, a obrigatoriedade de planos e saneamento, inclusive do seu conteúdo, determina também a necessidade de órgãos reguladores, inclusive da necessidade de existirem Conselhos Municipais de saneamento, para aumentar o controle social, além de outras medidas; e destaca a necessidade de uma ação mais atuante dos municípios em relação à crise de água no estado; os planos municipais de saneamento, que deveriam tratar de água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, que poderiam avançar em reuso, captação de águas de chuvas, na prevenção a enchentes, criar diretrizes, não são efetivos; estes planos não estão válidos, se encontram desprovidos de medidas de contingência, aprofundando ainda mais a crise; mencionou, também que, se não foram definidas regras anteriormente, no momento de crise isto se torna ainda mais difícil;

Marussia pontuou quanto à centralização da crise por parte do governo, sugerindo que estamos perdendo a oportunidade de trabalhar de forma integrada com municípios e sociedade para a busca de alternativas como reuso, captação de água de chuva, equipamentos redutores de consumo e recuperação de nascentes; argumentou que as medidas em curso não garantem a segurança hídrica no futuro, podendo até mesmo piorar a situação, quer seja pelo custo, quer pela qualidade, questionando ainda a adequação do momento atual à discussão sobre a outorga do Sistema Cantareira, diante do agravamento das suas condições;

Trazendo luz a outras questões, a representante da Aliança pela Água mencionou o sistema de recursos hídricos, a dominialidade dos rios federais e estaduais, a inexistência de instância de mediação de conflito em situação de crise, o papel dos comitês. Apontou também a inexistência de integração entre políticas/sistemas, em âmbito federal e estadual, no que tange os recursos hídricos, saneamento, Defesa Civil, Saúde Pública e mudanças climáticas. Ainda, em relação ao saneamento, a inexistência de conselhos municipais de saneamento, planos municipais desatualizados e em desacordo com a legislação. Trouxe, como projeto da Aliança pela Água, a construção de propostas para lidar com a crise e garantir a segurança hídrica e cuidado com a água em São Paulo. Descreveu a nova cultura como o cuidado com as fontes, a redução na demanda, distribuição eficiente com tarifa justa, tratamento e reutilização, bem como transparência e controle social, encerrando, assim a sua apresentação.

Ao término das apresentações programadas, o Dr. Ricardo Manuel Castro deixou registrado que, embora devidamente convidados, representantes da Sabesp e DAEE não se fizeram presentes ou não se anunciaram; em contrapartida, a Agência Nacional de Águas - ANA, na pessoa do seu Presidente, Sr. Vicente Andreu Giullo, foi chamado à tribuna para manifestação.

Com a palavra, o presidente da ANA, de forma descontraída, agradeceu o convite para a participação neste evento, cumprimentando os Promotores de Justiça e demais integrantes da mesa; comentou o 'singelo' (sic) convite do MPSP, citando textualmente o objetivo da audiência, de reunir provas para apurar eventuais crimes de responsabilidade dos gestores dos recursos hídricos.

Em sua opinião, o presidente da ANA destacou que, se não fosse a atuação do MP e pontualmente, a imprensa, provavelmente este assunto estaria sendo tratado como algo corriqueiro, ou sem grandes consequências para a população, o país, e até mesmo para outros países, dado a sua importância econômica. Aberto ao diálogo e sem pretensão de avaliar de forma completa a gravidade da crise atual, Vicente Andreu se colocou disponível aos diversos setores da sociedade para a discussão da crise; analisou a questão em nível nacional, apontando duas principais questões, uma delas, a dimensão da fragilidade dos recursos hídricos diante das alterações climáticas; destacou a cultura da abundância, que certamente



contribuiu para que não estivéssemos preparados, imaginando recursos suficientemente abundantes; afirmou que no Semiárido a situação é dramática, e, no Sudeste, o ano de 2015 vem se mostrando ainda pior que 2014; mencionou o reduzido volume do Sistema Cantareira, com 10% da sua média histórica. Outra questão colocada pelo presidente é o padrão de consumo: nas grandes cidades brasileiras, na agricultura, na indústria, este padrão é bastante elevado, em torno de 300 litros/hab.dia, quando o recomendado é entre 80 e 150 litros/hab.dia; em um cálculo aproximado, estimou atualmente que estavam sendo entregues de 220 litros/hab.dia, com algumas ressalvas, locais aonde se chegou ao valor recomendado, cerca de 80 litros/hab.dia. Afirmou também que, na crise de São Paulo, houve uma efetiva redução na quantidade de água captada no Sistema Cantareira e também no consumo; em suas palavras, 'não acredita em mentira, mas na conveniência de se apresentar os dados da maneira com que se pretende dar ênfase a eles'(sic).

No plano institucional, mencionou avanços que a Constituição permitiu em relação à dupla dominialidade; o orador colocou que, em situações de crise, é preciso de espaço para tomada de decisão rápida; esta atribuição deveria ser da ANA que, em situação de conflito, deveria arbitrar uma posição e arcar com suas consequências, mas não é assim que acontece; na verdade, o que se tem é uma sensação de paralisia ou incapacidade de tomar decisões importantes como aquelas que deveriam ter sido tomadas no início de 2014, e, por conta disso, houve agravamento da crise; pontuou também que se tivessem sido aplicados os padrões atuais no início da crise, poderiam haver condições de ter volume para a garantia da segurança hídrica; apontou o retardamento da tomada de decisão, gestão ineficiente no ponto de vista da segurança hídrica, admitindo que a dupla dominialidade dificulta o planejamento integrado do sistema hídrico. Questionou o enfoque ao sistema Cantareira, e a impossibilidade de desvinculá-lo dos outros sistemas; que esta contabilidade fragmentada vai contra o interesse da sociedade; esta visão fragmentada, somada à pequena, estreita resposta da sociedade, por meio dos Comitês de Bacias, juntamente com a falta de diálogo entre comitês (não houve nenhum tipo de reunião para se buscar uma visão integrada) são agravantes observados na atual crise.

Outro aprendizado mencionado pelo representante da ANA refere-se aos usos múltiplos; que não se deve indicar setores como vilões pelo uso dado à água, pois não se resolve, por exemplo, a questão do abastecimento com a redução da oferta para agricultura ou indústria; que existem irregularidades nas outorgas, por incapacidade do setor público de buscar a regularização; alegou que a legislação não tem instrumentos econômicos que permitam algum diálogo, como, por exemplo, remunerar irrigantes para a redução na demanda em determinado local.

Em relação ao Sistema Cantareira, Vicente Andreu assinalou que o processo de regularização dos usos dos recursos hídricos é relativamente novo; alegou que existe excelência técnica, mas que o processo é construído em salas, sem diálogo com a sociedade, destacando a necessidade de criação de instrumentos de consulta popular; que as decisões não podem ser tomadas, por mais capacitados que sejam os responsáveis, sem a participação da sociedade. Apontou também a grande flexibilidade dada ao operador, acreditando-se que o sistema seria gerido de forma adequada, admitindo o viés político nas tomadas de decisão dos gestores. Argumentou que não houve nenhum alerta, pois do ponto de vista legal, não houve descumprimento à regra, pois não havia regra; mencionou uma decisão da Agência no sentido de que os reservatórios deverão ter níveis intermediários, em valores a serem definidos; Discordou do professor Zuffo, afirmando que há possibilidade de retiradas de volumes maiores que aqueles apontados pelo pesquisador, mas que o estado de atenção já deveria ter sido decretado; com a persistência da crise, necessitarão de reduções maiores e planos de contingência, com informação para a população; retomando o tema da flexibilidade de operação, colocou que muitos acreditam que este modelo traz maior eficiência, mas há também aqueles que defendem modelos mais restritivos, rígidos, como os mais eficientes, opinião compartilhada pelo orador.

Trouxe à baila a abordagem do Banco de águas feita pelo Professor Zuffo, que não há contradição no ponto de vista numérico, mas sim no ponto de vista conceitual; primeiramente, aponta a falha na definição do período de 10 anos estabelecido; neste caso, realmente não há volume de reservatório disponível. Indica um período de 1 ano como o ideal para operar o Banco de Águas; as transferências plurianuais sobrecarregam o sistema.

Criticou o enfoque concentrado no sistema Cantareira, e dos números que são apresentados, mencionando a não inclusão do reservatório Paiva Castro na contabilidade da Sabesp; argumenta que todos os sistemas deveriam ser integrados, compartilhando os riscos com todas as populações abastecidas. Mencionou o processo de renovação da outorga, que contará com duas audiências públicas e é revestido de legalidade, mas que é necessário continuar avançando nas discussões; não confirmou o adiamento da renovação da outorga; que aspectos aparentemente revestidos de técnica são políticos; Encerrando sua participação, o presidente da ANA sugeriu que ganhariam 50 anos na discussão do Cantareira se trabalhasse com a macrometrópole, e não continuar da forma fragmentada.

Neste momento, foi iniciada a pausa para o almoço, com retorno dos trabalhos às 14 horas, oportunidade em que se iniciou a colheita dos depoimentos das pessoas e entidades inscritas, a seguir resumidos:

1) Mariana Tamari – Representando a Instituição Artigo 19:

Pela Sra. Mariana Tamari, foi dito que o foco da instituição Artigo 19 é buscar o acesso à informação e expressão. Tem trabalhado em parceria com o Ministério Público de São Paulo na busca do acesso à informação, de avaliação da transparência na questão da crise hídrica. Explicou que o início da parceria com o MP/SP se deu com o estudo que o Artigo desenvolveu, no segundo semestre de 2004, sobre a questão da transparência dos órgãos públicos na crise hídrica do Sistema Cantareira, especificamente. O resultado foi bastante negativo e essa situação não mudou até hoje. Enfatizou a questão que o acesso e a transparência são duas medidas essenciais nesse contexto de crise. É necessário que haja informação à população durante todo o tempo para que se possam construir alternativas à crise com participação popular e questionou o porquê que o governo não faz isso. Concluiu que a falta de informação gera uma falsa segurança, pois é muito fácil se controlar a reação da sociedade em relação à crise quando não se tem informação, sendo, portanto, uma estratégia do governo frente a essa crise, enfatizando a importância desse evento para a sociedade começar a se organizar e buscar informações e exigir não só do governo estadual, mas também do federal e municipal, uma atuação efetiva, pois eles foram omissos.

Pelo Dr. Ricardo Manuel Castro foi feito o convite para o Artigo 19 voltar no dia seguinte para exibição de um vídeo mencionado.

2) Kyoji Nakayama – Presidente da Instituição Bunkiyo de Mogi das Cruzes:

Narrou que são 800 associados agricultores atualmente e criticou os dados trazidos pelo Presidente da Ana, que falou que o consumo de água dos agricultores seria cerca de 70%. Esse dado não é válido, segundo ele, reiterando que a comparação ou a média utilizada não é válida. Na região do Alto Tietê e de Mogi das Cruzes, pelos dados da Secretaria dos Agricultores, o consumo da água dos agricultores é de 5%. Em contrapartida, o desperdício da água é de 30% por falta de manutenção na rede, nos tubos condutores de água. Por fim, ressaltou o fato de antes de ontem o governo do estado decretou a lacração de bomba de água para irrigação dos agricultores e enfatizou a importância da produção agrícola não só para o Estado de São Paulo, como para o abastecimento do Rio de Janeiro e demais regiões.

3) Ricardo Francisco Frascino Scuracchio – Representando o Instituto de Pesquisas e Reaproveitamento de Resíduos Sólidos - OSCIP:

A Instituição está fazendo a reciclagem dos resíduos eletroeletrônicos. Enfatizou que frente à realidade atual é necessário preparar os Municípios para o reuso da água, dispensada diariamente. Falou que o esgoto tratado também é água, bem como enfatizou a necessidade de reduzir pela metade as perdas na distribuição de fornecimento e abastecimento da rede, algo em torno de 40% atualmente. Outrossim, indagou os destinos das águas da chuva se não temos reservatórios para abrigá-las, sugerindo a elaboração de um cronograma para a

construção de reservatórios por região e bacias, além da importância do replantio da mata ciliar e limpeza dos bueiros das ruas.

4) João de Conti Neto – Secretário de Meio Ambiente da Estância Turística de Salto:

Ressaltou a importância do Rio Tietê que corta a cidade e projetou imagens mostrando uma mancha negra presente nas águas do rio e inúmeros peixes mortos (cerca de 40 toneladas de peixes) em decorrência da mancha, pois através de relatório elaborado pela Cetesb, evidenciou-se que houve abertura de barragens e os sedimentos arrastados pela grande quantidade de chuva, em novembro de 2014, gerou essa mancha negra, a principal causa da mortalidade de peixes. Ademais, mostrou imagens com mais sedimentos na barragem de Pirapora do Bom Jesus e na Barragem da Usina de Rasgão. Ressaltou que durante esse ano nada foi feito, nenhum sedimento foi retirado. No ano passado fizeram uma limpeza das margens do Rio Tietê em Salto e 9 (nove) toneladas de lixo foram retirados. Chamou a atenção para todo esse problema, se colocando à disposição para auxílio das investigações.

5) Francisco Bezerra – Representando a Instituição Grupo Tortura Nunca Mais do Estado de São Paulo GTNM-SP:

Em nome dos moradores do Jardim Apurá veio pedir socorro para todos os Ministérios Públicos. Trata-se de crime contra o meio ambiente o que está havendo atualmente no extremo sul, próximo da cidade Ademar, no Parque dos Búfalos. Este parque fica na periferia. Relata que alguns moradores deste local foram procurar a instituição em defesa da vida porque foram ameaçados por vereadores do município de São Paulo, na tentativa da luta pelo meio ambiente, pela sua preservação. Fez uma crítica com relação ao poder judiciário, que muitas vezes sentenças são elaboradas sem conhecer o local físico. Relatou, ainda, que a 300 metros da Represa Billings tem um projeto para se construir quase 4 mil apartamentos, área de enorme importância ambiental, vulnerável por possuir inúmeras nascentes e demais atributos ambientais. Fez um protocolo de documento.

6) Sônia Cristina Carvalho R. Amaro – Representando a Instituição PROTESTE Associação de Consumidores:

Trouxe problemas do ponto de vista do consumidor, principalmente no ano de 2015. No início do ano de 2015 propuseram uma ação coletiva por conta de deliberação da ARSESP impondo uma multa ao consumidor que não conseguisse manter uma média estabelecida na deliberação da agência reguladora. Apesar da ciência da crise hídrica, aduz que a agência reguladora, a SABESP e o governo do estado passaram por cima dos requisitos legais e estabeleceram essa multa aos consumidores que não conseguiram ficar dentro da média estabelecida de consumo. Em nenhum momento houve a decretação de racionamento, informações esclarecedoras a respeito da crise hídrica, ensinando o consumidor exatamente

como ele deve se comportar diante dessa gravidade da crise. Lembrou que ainda não está havendo informação clara ao consumidor, como ele deve proceder, se comportar. Outra medida que eles tomaram foi a propositura de outra ação coletiva contra o aumento abusivo que foi aplicado nas tarifas de água pela SABESP, mais de 15% a partir do mês de maio. Disse que é possível o reajuste, mas este deveria girar em torno da inflação que tivemos no período e não de 15%. Uma das alegações dadas pela SABESP acerca desse aumento foi justamente de que ela tinha tido perdas em função do momento de crise, pois o consumidor ao reduzir o consumo de água acaba gerando uma perda para a empresa que quer reajustar os seus lucros, penalizando mais uma vez o consumidor com esse reajuste.

7) Tereza Penteado – Representando a Instituição Movimento Resgate Cambui:

O assunto que trouxe a audiência foi sobre barragens, sendo este assunto objeto de estudos junto com a Instituição Jequitibá e a sociedade civil de Pedreira e Amparo. Relatou que o pessoal de Pedreira afirma que as águas das barragens voltam a Replan e as barragens não têm adutoras, então não se sabe para quem vai servir essas águas. Também falou que a Replan está na lava jato e que a mesma não tem licença ambiental para algumas obras. Trouxe alguns fatos relacionados a Replan e Petrobrás, bem como juntou documentos.

8) Lener do Nascimento Ribeiro – Representando a Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região – COOPJUQUI:

Foi Prefeito de São Lourenço da Serra por 3 (três) vezes e nesse período conviveu bastante com o sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e verificou uma série de irregularidades praticadas pela Sabesp no que se refere a transposição das águas da Sub-Bacia do Alto Juquiá de São Lourenço para a Bacia do Alto Tietê. Essas irregularidades estão contidas em três projetos distintos: há um projeto em andamento com obras em Juquitiba, Ibiúna, Itapevi, Barueri, Santa do Parnaíba, do Sistema Produtor de São Lourenço, esse sistema vai trazer 6,4 m<sup>3</sup>/s da Bacia do Alto Juquiá de São Lourenço para a região oeste da região metropolitana de São Paulo, sendo que o projeto prevê atender a dois milhões de habitantes dessa região. O segundo projeto é o que a Sabesp denominou de projeto São Lourenço-Lavras: prevê a captação de 2m<sup>3</sup>/s no Rio São Lourenço, na cidade de São Lourenço da Serra e o lançamento no Rio das Lavras. O terceiro projeto é o denominado pela Sabesp de Alto Juquiá-Santa Rita: prevê a captação de 1m<sup>3</sup>/s do Rio Juquiá e lançamento para direcionamento na Represa de Guarapiranga. Os três projetos estão repletos de irregularidades. Afirmou que elaborou duas representações encaminhadas para o MP/SP: a primeira com relação ao projeto São Lourenço, em que foram apontadas as irregularidades, basicamente: fraudes na concepção e desenvolvimento do projeto, mudança do destino original de transposição interbacias por ato unilateral da Sabesp para favorecer especulação imobiliária, adoção de PPP para execução de obras e serviços atinentes a direitos fundamentais, violação da Sabesp dos princípios

constitucionais da moralidade, da impossibilidade violação aos procedimentos licitatórios do Sistema Produtor de São Lourenço, superexploração dos recursos hídricos com risco iminente da preservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Vale do Rio Ribeira. A segunda representação diz respeito as duas outras transposições.

9) Willhes Gomes da Silva – Presidente da Câmara Municipal de Estância Turística de Salto:

Começou dizendo que em Salto se percebe exatamente a falta de gestão. Dois grandes rios cortam a cidade, Tietê e Jundiáí, mas não se pode aproveitar suas águas. Registrou a severidade do assunto limpeza dos Rios Tietê e Jundiáí, afirmando que a falta de gestão prejudica os municípios que estão para baixo, recebendo essas águas. Outro ponto sério é a construção da represa do Rio Pirai, pois há o problema do alagamento que decorrerá dessa obra na cidade de Salto. Além disso, há notícias que essa obra será realizada através de PPP e não através de recursos do Ministério das Cidades, concluindo que teremos que pagar por essa obra. Por fim, pediu atenção ao MP/SP para agir nesse tema.

10) Marcia Vairoletti – frente de Moradores e entidades do Butantã Presença América Latina:

Primeiramente agradeceu a informação trazida pelos palestrantes da situação real, diferente do que é mostrado pelo governo, que é a informação virtual. Trouxe três aspectos importantes para o aprimoramento dos inquéritos e dos processos urbanísticos e ambientais: o primeiro é sobre introduzir o conceito de governança da água e seu significado para o gestor público e a sociedade. Disse que nós não temos esse conceito, não entrou no Plano Diretor e é necessário elaborá-lo; o segundo ponto é introduzir o programa de recuperação ambiental dos cursos d'água e o terceiro, e o mais importante, é que o futuro do abastecimento d'água da cidade de São Paulo passa pela lei de zoneamento da cidade, que está sendo discutida na Câmara Municipal atualmente. Pontuou que é preciso que o MP/SP acate uma representação antes que o projeto de lei seja aprovado.

11) José Cantídio de Sousa Lima – Representando Associação Engenheiros e Arquitetos de Ribeirão Pires:

É Representante da CSP Conlutas no COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Ribeirão Pires. Iniciou dizendo que a área de Ribeirão Pires é ambientalmente privilegiada, estando localizada na beira da represa, fazendo parte de 3 (três) bacias hidrográficas. Aduziu que a cidade não pode ter desenvolvimento industrial na região por essas peculiaridades – para cumprir a regularização dos mananciais e a recarga da Billings. Quando a lei específica da Billings foi publicada em 2010, eles tomaram providências no Conselho do Meio Ambiente para exigir que a cidade se compatibilizasse com a referida lei da Billings, para garantir regularização do que já estava concluído. Criticou que a Sabesp não tem nenhum controle, faz o que quer, sendo que o contrato foi firmado há mais de 30 anos e o esgoto de

Ribeirão Pires não é limpo, pelo contrário, quase 80% dele continua indo para Billings sem tratamento. Relatou que houve negociação da Sabesp, na renovação de seu contrato, com o governo e câmara municipal, além de relatar outras questões de possibilidade de inundação na região de Ribeirão Pires, área de ouro fino.

12) Martha Slivak Lu – Pessoa física:

Trouxe boletim dos mananciais. Relatou que esteve com o diretor da Sabesp, Jerson Kelman, na FIESP e questionou sobre o Sistema Baixo Cotia, acerca da qualidade da água e para onde ela está sendo distribuída. Perguntou também nessa reunião sobre os casos de doença que estão ocorrendo com bastante frequência nessa região. Narrou que enviou e-mail para o diretor mostrando diversos casos de doenças acometidas no local, como diarreia, vômito, hepatite, dentre outros. Sr. Kelman enviou depois alguns relatórios com diligências efetuadas nesses lugares denunciados, oportunidade em que constataram as pessoas doentes e efetuaram coletas d'água para análise de sua qualidade. Entretanto, disse que até então não foram divulgados esses dados, pois não houve mais resposta acerca desses resultados. Por fim, pontuou que a própria Cetesb constatou a presença de giárdia na água, sendo que não é eliminada em um tratamento convencional.

13) Darcy Brega – Pessoa Física:

Trouxe um vídeo – Projeto 360º - Rapadura Filmes que expõe relatos de pessoas falando que a água está com cheiro forte e coloração esbranquiçada. Depois pediu para o MP/SP suspender uma propaganda enganosa da Sabesp dizendo que as obras estão em andamento, obras essas que sabemos que não vão surtir efeitos. Protocolou o panfleto com a propaganda. Também solicitou que o MP/SP requisitasse o imediato cumprimento acerca daquilo que tem relação com informação sanitária, contida na portaria 2914/2011 e o comunicado do Centro de VS nº 23, do dia 07 de 2014 que fala para que a Sabesp oriente a população acerca de riscos sanitários e medidas adicionais. Era gerente da área de recursos hídricos em 2000 e nessa época já se constatavam três fatores para o desabastecimento e a crise hídrica do começo da década de 2000: superexploração de mananciais em época de não excedente de recursos hídricos (nós repetimos agora), criticidade de estiagem presente (estiagem atualmente bem mais crítica), extemporaneidade tardia para execução das vazões retiradas (o que até agora não ocorreu). Finalizou dizendo que as três causas acima relatadas, que deram origem no início da década de 2000, estão se repetindo nos dias de hoje.

14) Érica Martins de Andrade – Pessoa Física:

Relatou que está vendo pouco a respeito do cumprimento da portaria nº 2914 e do decreto presidencial nº 5440/05, acerca da informação da população sobre a qualidade da água. Os dados que são apresentados hoje são só dados básicos. Continuou dizendo que não estão

disponíveis as análises trimestrais. Foi gerente de qualidade central da Sabesp por dois anos e confessou que naquela época eles já não atendiam ao decreto citado. Em relação ao assunto reversão do canal Pinheiros para a Billings para geração de energia elétrica, não entende como o governo apresenta uma proposta que fere a Constituição do Estado, a Lei dos Mananciais e também a lei específica da Billings. Outra questão que trouxe foi a ocorrência da revisão tarifária e o anúncio, logo em seguida, da Sabesp sobre cortes de investimentos avançados para tratamento de água. Ou seja, a revisão tarifária está contemplando para a redução de custos para a empresa, mas não para os investimentos, enfatizando que foi cortado o investimento para a despoluição do Rio Tietê e também das obras de tratamento avançado das estações de tratamento de água da Guarapiranga, do Rio Grande e Taiaçupeba. Questionou, por fim, a deliberação nº 53814 da Arsesp, que determinou a transferência da taxa regulatória de Municípios que não possuem convênio com a Arsesp para a Sabesp repassar essa taxa, sem ter contrato.

15) Marcelo Uono Takayki – Pessoa física:

É produtor rural em Salesópolis e relatou que os agricultores já estão sentindo o impacto da crise hídrica há algum tempo, tanto que reduziram a produção em 40%. Disse que o impacto vai ser mais forte para os produtores, acarretando muitos desempregos e gerando, por consequência, falta de alimentos para a população. Alega que o setor agrícola está sendo hostilizado nesse cenário.

Dr. Jayme, do GAEMA Vale do Paraíba, registrou a decepção de todos os GAEMAS ante a ausência e o silêncio eloquente da Cetesb, Sabesp e da Secretaria de Recursos Hídricos diante de tantos questionamentos nesta audiência pública. Pediu para que a imprensa divulgasse a ausência de todos esses órgãos no evento.

16) Fábio Fuji – Pessoa física:

É agricultor e mostrou os equipamentos de irrigação que eles usavam na década de 80 e os que passaram a usar ao longo dos anos, mostrando que mudanças foram efetuadas com vistas a reduzir a pressão e a vazão de água e visando a adaptação ao clima seco, para se enquadrarem diante da crise hídrica. Falou também que o corte de água aconteceu sem prévio aviso e que as plantas estão sentindo a diminuição de água para irrigação. Continuou dizendo que eles estão dispostos ao racionamento, mas precisam de um aviso prévio para o corte de água de pelo menos 2 (dois) meses. Ademais, em conversa com o vice-governador disse que foram taxados como criminosos e fora da lei.

17) Waldir de Gioia – Pessoa Física:



Começou dizendo que a causa que representa é particular. É da cidade de Vinhedo e prestou declarações sobre a Associação Chácaras do Lago. Segundo ele, esta associação está tirando a água do pessoal que residem no Bairro Chácaras do Lago pelo fato de não serem associados, como represália. No caso dele, está há 180 dias sem água justamente pelo fato de não ser associado. Por fim, disse que foi movida uma ação a respeito dessa situação e não teve, até o presente momento, nenhuma providência a respeito na justiça.

18) Flávia Monteiro – Pessoa Física:

É moradora do Bairro Butantã. Começou narrando que são atendidos pela Represa Guarapiranga e que está há um ano com racionamento na região, começando no mês de agosto do ano passado. Afirmou que fez reclamações/protocolos na Sabesp e na Arsesp, sendo que os mesmos se encontram em aberto. A Arsesp estabeleceu que a Sabesp deveria avisar os moradores acerca do período de redução ou de corte de água e isso não aconteceu. Asseverou que a Sabesp nunca anunciou previamente a redução, sendo que eles fecham o fornecimento e retornam posteriormente na hora que eles bem entenderem. Explicou que isso causa um stress e muda totalmente a rotina de uma casa, porque não se sabe se no dia seguinte haverá água ou não. Enfatizou que além de não haver transparência acerca da crise, não há campanha para a sua conscientização ou orientação. Também indagou o fato do bairro ao lado não ter tido a falta d'água até hoje, perguntando, ao final, qual seria o critério adotado para prejudicar um bairro vizinho em detrimento de outro.

19) Guaracy Chrischner Figueiredo Filho – Pessoa Física:

Disse que os resíduos sólidos também tem que entrar na pauta da questão da crise hídrica. Pontuou o processo de outorga do DAEE que, para ele, são antiquados no ponto de vista da gestão, contendo processos físicos (não digital), sem transparência e sem celeridade. Criticou a questão das taxas, seus aumentos e que os serviços não correspondem a elas.

20) Paulo Honda – Pessoa Física:

É produtor rural e está preocupado com os acontecimentos recentes na questão da proibição do uso de água. Para ele é injusta porque o produtor preserva a água e cuida do meio-ambiente. Disse que essa proibição poderá causar um grande impacto no setor de empregos e grande inadimplência junto aos órgãos financeiros. Pediu ajuda ao MP/SP para que possa solucionar esse problema.

21) Benedito de Almeida – Representando a Instituição Sindicato Rural dos Trabalhadores:

Mora em Salesópolis e trabalha, como presidente do sindicato em seis municípios. Começou dizendo que as cidades de Biritiba-Mirim e Salesópolis estão sendo muito prejudicadas na

questão da crise hídrica. O DAEE está proibindo os agricultores de produzir, com lacração de bombas. Se não produzirem, não colhem e não pagam os funcionários, podendo haver um grande número de demissões. Está com medo do impacto social que isso pode ocorrer e pediu ajuda para os agricultores trabalharem com dignidade sem grandes restrições.

22) Renato Augusto Abdo – Representando a Instituição Sindicato Rural de Mogi das Cruzes:

Inicialmente disse que a água é totalmente a base da economia e a agricultura que eles representam é uma agricultura completamente diferente da divulgada na mídia: é de pequeno porte para produzir o alimento que mantém o país internamente, pois quase nada vai para o exterior. Continuou relatando que esses produtores vêm sofrendo retaliações por parte do governo, como exemplo a outorga da água: o produtor rural tem outorga atrelada ao licenciamento ambiental morosa e onerosa. Relatou o processo dificultoso relacionado ao ato declaratório- documento que é a licença prévia que dá direito ao produtor a captar água direto dos rios por dois anos até conseguir a outorga -, sendo que o DAEE autorizou agora novamente o ato declaratório, que estava suspenso há oito meses por causa da crise hídrica.

Gabriel Alexandre Gonçalves – Instituto Coletivo Luta pela Água:

Começou dizendo que especificamente na região de São Paulo em pesquisa realizada foi quantificada 11.200 reclamações de falta d'água na região Metropolitana de São Paulo, inclusive na região de Osasco algumas famílias relatam que tem água dia sim e dia não. Outra questão que conseguiram levantar foi que há 130 denúncias a respeito da péssima qualidade da água. Este movimento social, continuou sua fala, luta organizando a população para que não transformem a água em mercadoria.

23) Cesar Pegoraro – Representando o Instituto SOS Mata Atlântica:

Pontuou que devemos repensar nossa cultura com relação à água e seu uso. A Metrópole de São Paulo foi construída em cima de rios e, portanto, temos uma grande quantidade de água, só que nossa cultura não nos permite tê-la efetivamente e as leis ambientais também não protegem suficientemente. O fundo de Saneamento Ambiental da cidade de São Paulo corresponde a 7,5% de arrecadação bruta que a Sabesp realiza aqui no Município e esse montante todo deveria estar sendo usado pela Prefeitura para ações de saneamento, recomposição de APPs, preservação de mananciais, entre outras funções previstas nesse fundo, mas seu uso é incerto e desconhecido e ainda não surtiu efeitos para cidade. Destacou que há permissões para que certos efluentes sejam despejados nos rios da cidade. Apesar de ser uma prática vedada na CF/88 e na Constituição Estadual, há autorizações para que esses esgotos sejam despejados, sem autuação do trabalho do órgão fiscalizador. Em relação aos mananciais da Metrópole, com toda sua função de produção de água, pontuou que os mesmos continuam tendo ocupações irregulares e na zona sul de SP há um significativo tombamento de

florestas em área de recarga, de produção de água visando preparar o terreno para a venda de lotes irregulares. Também temos as ocupações supostamente regulares, mas se percebe que as ZEIS estão consolidando moradias em áreas de mananciais, sendo necessário rever essas ocupações. Por fim falou que não há comunicação visando à segurança e sobrevivência da população, no sentido de informar como agir diante da crise hídrica para essas pessoas sobreviverem.

24) Fabiana Ferreira Alves – Representando o Instituto Greenpeace Brasil:

Iniciou sua fala sobre os contratos de demanda firme. Contou que a Sabesp nessa semana afirmou que vai rever a maneira que é feita a cobrança das tarifas. Outra questão importante que salientou foi sobre os mananciais, que apesar de haver leis que regulamentam a matéria, estas não são suficientes. A outorga do Cantareira tem condicionantes de proteção aos mananciais, mas isso não está sendo cumprido. Nesse momento apresentou um vídeo mostrando dentre outros, Represa Paraíbuna que no ano passado tinha 40% de água e que diminuiu para 4%; hoje temos 13% de floresta nativa, número bem baixo para garantir a produção de água; 87% da Bacia do Paraíba do Sul estão desmatadas; Represa Cerra Azu nível em torno de 12% de sua capacidade, sendo que no ano passado o nível estava em 44%. Deixou uma cópia com o MP/SP.

Dra. Thalita, Defensora Pública de São Paulo, questionou perguntando a expositora sobre o projeto de lei desmatamento zero e quanto que falta de assinaturas: ela respondeu que esse projeto é muito importante, quanto mais pressão para assinatura melhor, dizendo que faltam menos de 30 mil assinaturas.

25) José Luis Vieira Müller – Representando o Instituto Jequitibá:

Falou que estamos vivendo uma guerra ambiental. Essa organização que representa nasceu em 2004. Pediu para fazer um protocolo de várias ações desde 2004 propostas em relação à Região de Campinas, que discutiram sobre o cuidado da água, especificamente nesta região. Em 2004 foi concedida a nova outorga do Cantareira e de lá para cá não foram cumpridas suas condicionantes. A questão da água, continuou o declarante, tem que ser discutida e é necessário ouvir a população para gerar uma nova metodologia de trabalho. Sobre a questão do banco de águas do sistema Cantareira, afirmou que não existe banco de água e que não existe essa história de outorga, o que houve foi um grande acordo.

26) José Soares da Silva – Representante do Fórum Permanente da Sociedade Civil de Rio Grande da Serra:

Mostrou foto da capivara morta nas tubulações da Sabesp em obras sem licenciamento ambiental adequado. Falou da questão do Parque dos Búfalos, como já foi relatado aqui. A

cidade de São José é produtora de água e vem sendo aterrada pelas obras da Sabesp sem autorização técnica, retirando suas águas para abastecimento. Falou da retificação do Rio Grande, do histórico de contaminantes na Bacia e que apenas um estudo simplificado da Sabesp foi feito. A Sabesp nega que vai ser jogado o esgoto do Rio Pinheiros (5,5m<sup>3</sup>) na Billings. Ademais, relatou que em sua casa falta água duas vezes por semana, terça e quinta. E por fim pediu pela prisão preventiva do Governador de São Paulo.

Dr. Ricardo, nesse momento, fez um adendo sobre a questão das obras da transposição da Billings para o Sistema Alto Tietê, que foi proposta uma ação civil pública pelo Núcleo GAEMA Cabeceiras e pela Promotoria do Patrimônio público da Capital e estão aguardando a manifestação dos réus para reavaliar o pedido de liminar feito.

Dr. Jayme fez uma intervenção para dizer que no Vale do Paraíba há algumas questões preocupantes acerca da mineração de areia, do plantio de eucalipto indiscriminado e do Novo Código Florestal, que autoriza quando da inscrição no CAR o cômputo das áreas de reserva legal dentro das APPs. Reiteradamente o Tribunal Paulista ignora os estudos científicos que demonstram uma inconstitucionalidade material desses artigos. O MP/SP entrou com uma ADI no STF, mas ainda não foi julgada. Fez um pedido aos presentes para que se puderem levantar publicações científicas e estudos mais recentes que falam dessa questão de Reserva Legal e APP, bem como da questão dos eucaliptos e da mineração em relação à crise hídrica para que seja possível angariar mais fundamentos científicos, pautados no mudo dos fatos. Ao priorizar interesses privados em detrimento do meio-ambiente estamos condenando o nosso país, finalizou o promotor de justiça.

27) René Vicente dos Santos – Representando o Sintaema – Sindicato dos Trabalhadores em água, esgoto, meio-ambiente de SP:

É funcionário da Sabesp, mas está afastado, exercendo a atividade sindical. Em nome dos trabalhadores da Sabesp, Cetesb e Fundação Florestal parabenizou o evento e relatou que os trabalhadores dessas empresas que cuidam do meio ambiente vêm sofrendo os impactos e os desmandos causados pelo governo do Estado. Recentemente, em meio a maior crise hídrica que estamos vivenciando, a empresa demitiu 600 trabalhadores. Também enfatizou que enquanto o Governo do Estado fala que não tem rodízio e que não está faltando água, os trabalhadores estão fechando os registros por determinados períodos. Reiterou que não é contra o rodízio, mas a população tem que ser informada previamente. Também questionou o grau de terceirização que tem na Sabesp. Segundo o último balanço da empresa, há em torno de 8 (oito) mil trabalhadores terceirizados. O grande problema é que nos últimos anos, a Sabesp vem trabalhando com uma ótica de somente privilegiar os acionistas e o Governo do Estado se preocupou em não falar e assumir a crise que estamos passando para não gerar reflexos nas ações de NY, da BOVESPA, em seus investimentos e lucros. Esse também deve ser o

debate central. Em relação à obra de transposição do Rio Guaió, disse que em conversa com um trabalhador que estava realizando a obra, o mesmo falou que não ia dar em nada, em nenhum resultado, pois não havia água, sendo que os trabalhadores foram testar a bomba e em dois minutos ela secou. A Sabesp e o Governo do Estado investiram milhões em propaganda que não foram direcionadas para educar a população para o uso da água. A imprensa também não divulga a falta de água, não divulga o rodízio. Por fim, disse que tem que haver propaganda para economia de guerra.

Dr. Otávio, Promotor de Justiça do Patrimônio Público questionou quando começou o rodízio mencionado, se isto se espalhou de uma maneira rápida ou não, pediu um rápido histórico. Em resposta, o declarante disse que o rodízio já vem sendo aplicado desde o início de 2014.

Dr. Otávio ainda questionou se Sabesp tem autonomia ou não, se a política interna de ação é fruto só de decisão interna da empresa ou o Governo do Estado tem atuação direta dentro da empresa? Em resposta, o declarante afirmou que acredita o Governo tem atuação sim uma vez que indica o Presidente, os assessores e tem uma distribuição política interna na empresa.

Dr. Rodrigo Sanchez Garcia, Promotor de Justiça GAEMA PCJ Campinas, fez a seguinte pergunta: é possível rastrear aonde e como foram feitas essas manobras de rede? É possível gerar um mapa de rede? Em resposta, pelo declarante foi dito que os trabalhadores só atuam através de ordem de serviço programada pela empresa. Ele acredita que a empresa deve e tem que ter essa ordem de serviço para abrir e fechar a rede. Também disse que os trabalhadores estão sofrendo uma pressão muito grande em relação às informações internas da Sabesp. Os setores que têm esses registros internos dentro da Sabesp são os polos de manutenção e o centro de controle operacional.

Dra. Beatriz Helena, Promotora de Justiça dos Direitos Humanos, perguntou se nesse controle de pressão existe alguma orientação acerca dos locais onde serão afetados, se são direcionados mais para locais aonde têm população carente para preservar os bairros mais ricos da cidade? O representante do Sindicato respondeu que formalmente não tem essa orientação, mas pelo que se observa dos relatos dos trabalhadores, nas atividades diárias há um fechamento maior, um controle maior nas pontas, nas periferias, mas não há algo programado.

Dr. Eduardo, Promotor da Infância e Juventude, perguntou se há os equipamentos para creche, escola, asilos que cuidem de questões sociais, como equipamentos para população de ruas que agora estão com os banheiros fechados? Em resposta, o declarante falou que não há um mapeamento geral de como está sendo realizada essa atuação. Mas há uma orientação interna para priorizar essas questões.

Dr. Rodrigo Sanchez Garcia, mais uma vez, intercedeu dizendo que nesse controle programado, deveria sair ordem de serviço. Essa OS sai como ordem genérica? Pelo declarante foi dito que sim, manobra sobre a pressão na rede.

Dr. Beatriz Helena, ainda questionou acerca da priorização de creches e escolas, quando se afirma que é possível priorizar creches e escolas significa que a Sabesp pode escolher que a água será fornecida de maneira contínua para determinados locais? Pelo declarante foi dito que não, não tem como direcionar o prédio especificamente que abriga a escola ou creche, a rede abastece determinado bairro e se faltar água no bairro, faltará para a creche ou escola lá localizada. O que eles fazem é enviar caminhão pipa para esses locais específicos prioritários.

28) Petrus Bartholomeus Weel – Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra:

Trouxe a questão de que é preciso saber usar e reservar a água para não faltar. Boa parte da água não é aproveitada. Teceu comentários sobre a necessidade de se fazer conservação, preservação e conservação do solo.

29) Valdez Maria Coimbra Santos – Representando o Instituto Fórum de Lutas Populares:

Falou sobre a importância de discussão sobre a região macro de São Paulo. Citou e criticou o caso do rodoanel, que destruiu muitas nascentes e córregos foram soterrados na Região de Ribeirão Pires. Criticou também a Sabesp, que menospreza a inteligência das pessoas, falando que não há racionamento na região.

Dr. Otávio, da PJ do Patrimônio Público, fez uma colocação nesse momento citando da necessidade de haver liderança e decisões corajosas diante da seca. A crise não é só em decorrência da falta de chuvas, é resultado de ações e omissões de condutas humanas. Alguém ou mais de uma pessoa é responsável por esse quadro que estamos vivendo. Pediu então para que se houver alguém que conheça a estrutura interna da Sabesp e seu processo de tomada de decisões que se inscreva e mostre ao MP/SP para conseguir responsabilizar os responsáveis por determinados atos: conselho de administração, diretoria e/ou presidência.

Dr. Jayme, do GAEMA Vale do Paraíba, aproveitou e fez um adendo no sentido de que gostaria que a Sabesp com liderança e coragem comparecesse ao evento e explicasse como a Califórnia está conseguindo lidar e enfrentar sua seca, conforme palestra do Sr. Palmer.

30) Edson Aparecido da Silva – Representando o Instituto Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental:

É ex-funcionário da Sabesp, especialista em engenharia de Saneamento Básico e disse que uma das expectativas que as entidades trazem aqui é que se consiga desvendar esse processo de

crise de abastecimento de água que vivemos. É um verdadeiro absurdo a falta de informação para a população. Há falta de transparência por parte do governo. Houve propositalmente o esvaziamento dos espaços institucionais que poderiam debater sobre a crise, citando o Comitê de Bacias Hidrográficas, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, que congrega 39 prefeitos da Região, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Arsesp que deveria ser um instrumento importante nesse momento de crise e até hoje não instituiu a participação da sociedade para se discutir sobre a crise. O fato da Sabesp e DAEE não comparecerem em nenhuma audiência pública não tem cabimento e a sociedade tem que se manifestar contra isso. Continuou dizendo que há uma clara violação dos Direitos Humanos nesse momento de crise hídrica. Também falou da quebra de solidariedade entre as pessoas e apelou para as entidades de representação para que elas criem uma grande corrente de solidariedade entre as pessoas para que se alcance quem são os verdadeiros culpados. Também destacou o problema da qualidade da água e pediu para que o Ministério Público solicitasse à Secretaria de Saúde um banco de dados sobre a qualidade da água que é fornecida para a população, pois não há disponibilidade desta informação para conhecimento público.

31) Marzeni Pereira da Silva – Representando Instituto Água sim, Lucro Não:

É ex-funcionário da Sabesp demitido há 3 (três) meses. Trouxe uns dados que estão divulgados no site da Sabesp sobre o tempo de redução de pressão de água em algumas cidades. Entretanto, eles estão pesquisando e verificando que não se trata de redução de pressão e sim fechamento da rede. Aquela ideia que teria cinco dias sem água e dois com água já esta sendo implantada. No Bairro de Sacomã, por exemplo, estão 18 horas do dia sem água, significa que são três quartos do dia sem água e um quarto com água. Ressaltou que essa variação de ter água e não ter água no mesmo dia reduz a percepção da população pela falta de água. Quem tem caixa d'água inclusive não percebe que está faltando água. A questão é que a Sabesp fecha a água todos os dias, então vai entrar ar na rede e vai fazer girar o hidrômetro, aumentando a conta de água. Também há uma fadiga na rede de água que gerará danos irreversíveis, além do risco de contaminação se tiver vazamento. Destacou que há hoje um fechamento de fato: são fechadas as alças dos reservatórios em uma região e não tem água. Isso se chama rodízio e não racionamento e é feito através de três formas diferentes na Sabesp e explicou sobre a primeira que se chama operação volante, a segunda são os manobristas e a terceira as válvulas reguladoras de pressão. Mostrou slides a respeito, com figuras elucidativas. Se continuar o ritmo que está hoje, afirmou que o Alto Tietê tem mais 90 dias de água. O problema é que as obras de reversão da Billings para o Alto Tietê não têm prazo para terminar, se não terminar até final de outubro, nós só vamos ter água da Billings no Alto Tietê. Os sistemas que hoje estão socorrendo o Cantareira não vão conseguir socorrê-lo mais. Falou também sobre o reajuste de 15,24% que ainda não foi efetivado. Sobre as demissões contou que não houve

processo administrativo e falou que ninguém relata o que está acontecendo internamente porque há retaliações e demissões se isso ocorrer.

32) Fabricio Gandini – Representando o Instituto Maramar:

Atua há sete anos no Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista. Contou que há uma obra prevista no Sistema Guaratuba e ainda não tem entrada de licenciamento ambiental, havendo uma série de questionamentos a respeito dessa obra. Os estudos que tentam fundamentar a outorga ainda são incompletos e esse fato está ensejando certa pressão política sobre o Comitê de Bacias a respeito da liberação dessa outorga, que embora referido documento seja de competência do DAEE, houve um pedido de manifestação prévia do Comitê. Existe um rito de procedimento dos colegiados dos Comitês de Bacia de São Paulo, que é a Câmara Técnica de Análise de Empreendimento e esse colegiado deve ser ouvido em casos de obras que fizeram estudos ambientais e o colegiado do Comitê de Bacias tem o poder de exigir condicionantes do processo. Nós fazemos parte deste colegiado e este estudo, no caso específico de Guaratuba, que deve ser feito, ainda não foi realizado. Assim, veio até a audiência par dar força aos comitês que não estão participando efetivamente sobre a crise e exigir que os colegiados, que podem dar conta da vigilância de uma série de obras que estão sendo questionadas, colaborem com a Sabesp e o Governo de São Paulo no sentido de fazer com que eles enxerguem o problema de governança que não eles querem enxergar.

Dr. Ricardo Manuel Castro, Promotor de Justiça do GAEMA Núcleo Cabeceiras, fez um questionamento a respeito dessa obra citada de Guaratuba: houve a manifestação do Comitê de Bacias, de que forma ocorreu a subtração dentro do Comitê de Bacia da análise deste pedido da Sabesp da Câmara Técnica? Respondeu o declarante que a Sabesp foi ouvida no Comitê há cerca de uns quatro meses, após manifestação popular. Foi convocada uma Assembleia Extraordinária para que o Comitê se manifestar. Essa manifestação foi exigida do DAEE. Acontece que o nosso colegiado de uma maneira precipitada já falou a parte dele ao invés de aguardar todo o procedimento e depois se manifestar.

Dr. Rafael Antônio Baldo, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, questionou se é necessária a manifestação do Comitê para realizar uma obra pública para definir o objeto licitado? Pelo declarante foi dito que o Comitê deve ser solicitado, na sua Câmara Técnica, quando houver estudos técnicos ambientais que demandam água, sob pena de prevaricação.

Dr. Rafael fez um adendo, no sentido de ressaltar a necessidade de se tentar desenvolver novos requisitos que podem ser exigidos no procedimento licitatório.

33) Marcia Groeninga – Pessoa Física:



Em observância a fala dos palestrantes narrou que nenhum deles ressaltou os impactos das árvores e pediu maior fiscalização da lei ambiental contra a devastação do verde.

Dr. Jayme, após a declaração acima, lembrou do desenvolvimento sustentável na questão do avanço do desenvolvimento econômico.

34) Tulza Barros de Goes Cavalcanti – Pessoa Física:

É aposentada da Sabesp. Falou também do projeto “Aquapolo” que a Sabesp fez em parceria com a Odebrecht que conteve o tratamento com membranas ultrafiltrantes, que serviram para o polo petroquímico. Se a Sabesp conhece essa técnica, inclusive aplicou na ETE de Campos de Jordão (única ETE que se utiliza dessa técnica) poderia ter sido utilizada em Barueri. Citou sobre o professor Ivanildo Hespanhol, que conhece muito sobre tais técnicas e questionou porque a Sabesp se utiliza dessas mesmas empreiteiras para consecução de seus projetos. Falou que recebiam e-mails diariamente para terem cuidado com as informações, para estas não serem passadas para frente, porque estavam sendo monitorados e haveria retaliações.

35) José Mairton Pereira Barreto – Pessoa Física:

Faz parte do Sindicato Sabesp e é funcionário da empresa. Falou que há mais de 10 anos foi comunicado a Sabesp sobre a crise hídrica, não sendo esta, portanto, novidade. Na Barragem de Jaguari, os funcionários se reúnem para discutir a situação da crise de abastecimento desde 2004. Hoje a contribuição que entra no Cantareira é 4,04m<sup>3</sup>/s e é dado descarga de 4,12m<sup>3</sup>/s (o que solta para aos mananciais). Continuou trazendo dados da Sabesp. O sistema Cantareira só tem 90 dias de vida. Ressaltou que a Sabesp dizia que o volume morto não servia para consumo humano, entretanto, inexplicavelmente, agora ele serve. Hoje o sistema de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo é de 120 dias e depois disso acabará a água.

36) Cleveland Maximino Jones – Pessoa Física:

É pesquisador do RJ. A questão envolve uma perspectiva maior, não basta apenas preservar daqui para frente, mas há a necessidade de recuperação das matas ciliares, reflorestamento de áreas, etc. Falou da questão do esgoto e que as fossas são mais eficientes do que coleta de esgoto sem tratamento.

37) Marcos Rossi – Representando o Instituto Movimento A Água é Nossa – Juquitiba/SP:

Começou dizendo que a Sabesp é um ótimo negócio, pois na bolsa de NY as ações da Sabesp valorizaram 600% nos últimos 10 anos. O Sistema Produtor do São Lourenço anunciado como a maior obra de abastecimento de água do Brasil, foi planejado há 20 anos. Essa água que não veio para SP era exatamente 3 (três) bilhões e quatrocentos milhões de m<sup>3</sup> de água, que

ficaram no projeto. Agora resolveram fazer a obra. Indaga a licitude e lisura desta licitação do Sistema Produtor. Existem várias denúncias a respeito. O valor da água bruta não paga o custo do seu transporte. Pontuou que foi feita para beneficiar as empresas envolvidas. Por fim, pediu para investigar mais sobre o negócio Sabesp e todos os negócios que realiza para fazer suas obras.

38) Rubens Harry Born – Representando o Instituto Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB:

Falou da crise de gestão, que tem relação com governança e transparência, bem como do Sistema Produtor de São Lourenço e a fraude no licenciamento ambiental. Citou alguns relatórios acerca do sistema e a falta de informação sobre eles. Não há um sistema de informação que permita acompanhar as licenças, os relatórios e demais documentos. Defendeu a ideia de um sistema online para acompanhamento a fim de facilitar a consulta. Também falou de saneamento nas cidades de São Lourenço e Taubaté.

39) Marcel Wada – Pessoa Física:

É Secretário de Meio Ambiente de Taubaté e fez algumas sugestões: para os órgãos competentes reduzirem os impostos sobre os trabalhadores e valorizarem a natureza e o combate ao desperdício.

40) Márcio Massatoshi Hasegawa – Representando a Instituição Grupo Hasegawa:

É produtor de Hortaliça da Região do Alto Tietê e relatou as dificuldades que os produtores passam na região, os investimentos que realizaram, com incentivo, inclusive, do governo. Também alegou que estão conscientes acerca da crise hídrica.

41) Regina Carvalho de Oliveira - Pessoa Física:

Leu uma música que elaborou sobre a terra e a crise hídrica.

42) Mari Aparecida Machio Pires – Pessoa Física:

É professora e foi Prefeita de Juquitiba na gestão passada. Relatou a sua luta com a relação a Sabesp no que concerne ao saneamento básico e a falta de tratamento de esgoto na região. Quer a universalização do esgoto Juquitiba-São Lourenço e uma melhor condição de vida para a região.

43) Sônia Regina da Silva – Pessoa Física:

Relatou o que vem acontecendo na casa em que sua família mora, no Bairro Jardim Canaã, em Osasco. Há mais ou menos um ano está ocorrendo o corte de água por parte da Sabesp na residência de sua família, no período das 13h até às 4h da manhã do dia seguinte. A Caixa

d'água já chegou a secar e ficaram mais de 10 dias sem pressão nas torneiras para a caixa ser abastecida. Liguei na Sabesp para reclamar e eles informaram que estava havendo uma manutenção na rede. Ao indagar sobre isso, contou a declarante que eles falaram que a manutenção significa redução de água por um período maior. Por fim falou que hoje havia um pouco de água, com mais pressão, mas emocionada apelou para que o Ministério Público ajudasse essas regiões mais carentes.

Dr. Ricardo, Promotor de Justiça do GAEMA Núcleo Cabeceiras, perguntou se quando há água se eles sentem alguma alteração na sua qualidade, como cheiro, coloração, etc. e se houve algum registro de comprometimento à saúde das pessoas. A declarante respondeu que mudou o gosto, o cheiro e a coloração. Falou que a água chega esbranquiçada e com cheiro estranho. Relatou também que não sabe informar sobre a saúde das pessoas na região, mas disse que as pessoas juntam água quando é possível e se preocupa com a epidemia da dengue.

Encerrados os trabalhos às 19 horas no dia 20 de agosto de 2015 por parte do Dr. Ricardo Manuel Castro.

Nada mais havendo a tratar, nós, \_\_\_\_\_ Liliana Jacintho Caleiro, Analista Jurídico, e \_\_\_\_\_ Marise Cotta Machado, Oficial de Promotoria, lavramos a presente ata, sob a supervisão do \_\_\_\_\_ Dr. Ricardo Manuel Castro.

São Paulo, 14 de setembro de 2015.

**RICARDO MANUEL CASTRO**

Promotor de Justiça Secretário Executivo do GAEMA Núcleo Cabeceiras

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

### SEGURANÇA DO SISTEMA HÍDRICO E SAÚDE PÚBLICA

#### DIA 2

Em 21 de agosto de 2015, nas dependências do Auditório Queiroz Filho, o Presidente da Mesa, Dr. Ricardo Manuel Castro, deu início aos trabalhos no segundo dia desta audiência pública, mencionando que o evento vem sendo extremamente proveitoso; certamente serão trazidas novas discussões extremamente pertinentes para o enfrentamento da crise hídrica. Após algumas explanações acerca dos procedimentos adotados, chamou à tribuna o Professor Ivanildo Hespanhol, graduado em Engenharia Civil e Engenharia Sanitária pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado na Universidade da Califórnia e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, atualmente, Professor Titular da USP, e diretor do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água da USP, dando a palavra ao especialista.

Agradecendo o convite, Prof. Hespanhol iniciou sua explanação abordando dois aspectos: o primeiro, o fato da segurança hídrica está associada ao abastecimento de água, em segundo, o problema da qualidade da água, a segurança sanitária da água. Informou que o Centro de Pesquisa, associado à Politécnica da USP, vem promovendo pesquisas em tratamento de água com enfoque no reuso. Esclareceu que oito sistemas compõem o sistema de abastecimento da RMSP, com capacidade de 74 m<sup>3</sup>/s dos mananciais superficiais; soma-se o equivalente a 10 m<sup>3</sup>/s de água subterrânea, mencionando o aumento nas perdas e extrações de águas subterrâneas na Bacia do Alto Tietê, perfazendo um total de água distribuída de 84 m<sup>3</sup>/s; a geração de esgoto corresponde a 67 m<sup>3</sup>/s; a capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 18 m<sup>3</sup>/s, e ainda assim, trata-se 16 m<sup>3</sup>/s, correspondente a apenas 24% de esgoto tratado na RMSP; a expansão do sistema se deu principalmente pela construção de adutora no rio São Lourenço, distante 100 km da região metropolitana e do Paraíba do Sul, totalizando o aporte de 10 m<sup>3</sup>/s, a um custo de 4 bilhões de reais, trazendo ainda a produção de mais 8 m<sup>3</sup>/s de esgoto. Mencionou que se trata de prática dos tempos dos romanos, a tecnologia dos aquedutos; apontou o problema crítico da falta de saneamento; em função disto, o pesquisador apresenta uma proposta de gestão para os próximos 5 anos, em uma primeira fase, por meio do reuso potável indireto, técnica que trata o esgoto a um nível mais avançado que o atual, para posterior diluição nos reservatórios e captação para as estações de tratamento; este projeto englobaria 5 ETEs do projeto Tietê, referente a 16 m<sup>3</sup>/s, para o reuso indireto com a utilização da tecnologia de membranas; menciona que este sistema não envolve obra: as membranas são instaladas na própria planta em operação, com produção de água de alto valor em termos de qualidade; O pesquisador apresentou dados relativos às capacidades

das ETEs da RMSP, que apresentam possibilidade de expansão para maior capacidade futura; destacou que o sistema convencional em utiliza a técnica de lodos ativados, que não produz água para nenhum tipo de reuso; por outro lado, prof. Hespanhol argumentou que sistemas de biomembranas ultrafiltrantes, podem de atingir o dobro da vazão sem necessidade de obra e com potencial de reuso; em seu projeto, a água submetida ao tratamento por membrana poderia ser levada a um reservatório a um custo inferior ao apontado para a adutora do Rio São Lourenço; Em uma segunda etapa, seria previsto o reuso potável direto, com tratamento terciário avançado e a utilização da mesma rede de distribuição atual e suas extensões, conseqüentemente, a um custo menor; terceira etapa seria o saneamento da RMSP, pois só há foco no abastecimento; Chama atenção para os rios de São Paulo, que deveriam estar integrados por meio de parques e jardins, mas a realidade é bem distante disso; mencionou Londres, que despoluiu o rio Tâmis, ainda no final do séc. 18. Não vislumbra nenhum interesse na questão do saneamento, que vem sendo relegada, com paralisação de obras.

Sobre a segurança sanitária, prof. Hespanhol introduziu a questão voltando ao método do aqueduto, pois água é trazida de fora e grande volume de esgoto continua sendo gerado; a sustentabilidade do sistema, em termos de saneamento, é precária; lembrou que falta arcabouço legal para o reuso, entre outros fatores; são necessários critérios para normas e códigos, nos aspectos legais, institucionais, ambientais, econômicos, além de tecnologia de tratamentos, capacidade analítica e limites de detecção; lembrou que os parâmetros atualmente utilizados são copiados; não sabemos quais são as variáveis que devem ser estudadas no Brasil;

Sobre as normas para reuso urbano, que estão sendo discutidas na minuta de resolução conjunta SES/SMA/SERHS, que disciplina o reuso direto não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) para fins urbanos, o pesquisador afirmou que é totalmente inaplicável no Brasil, devido a parâmetros copiados e inadequados; Quanto às normas de reuso potável, tanto direto com indireto, há apenas a portaria MS 2914, e destacou a necessidade de complementar a avaliação de qualidade, incluindo parâmetros emergentes e prioritários, que não são removidos no tratamento atual; não constam na Portaria, vírus entéricos, a n-nitrosodimetilamina – ndma, mutagenicidade (ames), teste de toxicidade aguda e crônica (daphnia e ceriodaphnia) e hormônios (yes/yas);

O pesquisador passou a discorrer sobre as técnicas de reuso potável; ilustrou o reuso potável indireto não planejado; se analisar qualquer rio brasileiro depara-se com esta situação: o município a montante faz lançamento no corpo hídrico, e o município a jusante capta, muitas vezes até sem tratamento, sendo este o nosso panorama hoje, prática ignorada; apresentou a proposta do reuso indireto planejado, mas acha difícil executá-lo, e considera o reuso potável direto o caminho mais viável; indicou as técnicas utilizadas no reuso potável direto, sendo elas sistemas de membranas, carvão biologicamente ativado e processos

oxidativos avançados; relatou diversos sistemas em atividade em diversas partes do mundo; traz vantagens como a desnecessidade de trazer água de outros sistemas; as mudanças climáticas afetam os sistemas adotados; como fatores negativos, apontou a rejeição da população ao reuso, demandando ações de conscientização e informativas; as normas inaplicáveis, como entraves para a implantação do sistema.

Concluindo, o especialista apresentou suas conclusões e recomendações, sendo elas: (i) A sustentabilidade do saneamento na RMSP depende, quase que exclusivamente do reuso de água; (ii) Reuso de água é ainda incipiente no Brasil mas crescerá muito em futuro próximo, inclusive para fins potáveis; (iii) As tecnologias avançadas de tratamento e de certificação disponíveis permitem, com segurança, produzir água de reuso para fins potáveis; (iv) As normas associadas a aspectos saúde pública no Brasil não são representativas de nossas condições e não são realistas, contribuindo apenas para inibir a prática de reuso; (v) Estimular os governos, federal, estadual, municipais e comitês de bacias a estabelecer políticas realistas para implementação da prática de reuso no Brasil.

A Dra. Alexandra Faccioli, mencionando as dificuldades encontradas, a desconfiança em relação aos tratamentos desenvolvidos, que envolvem questões ambientais e de saúde pública, questionou como podemos enfrentar o desafio de romper a fragmentação na gestão; por sua vez, o professor mencionou o uso e ocupação de solo, sob a responsabilidade municipal e a gestão do recurso hídrico, do governo estadual, explicando que os seus representantes que não 'sentam para conversar' (sic), favorecendo o quadro de fragmentação;

Dra. Sandra Kishi se coloca à disposição da Academia e convida o professor para uma atuação articulada, aproveitando o conhecimento científico; em resposta, o acadêmico afirmou que a Universidade tem por base três pilares, ensino, pesquisa e extensão, sendo que terceiro pilar encontra apoio nesta parceria, sendo função institucional a divulgação e aplicação de conhecimentos adquiridos, colocando-os à disposição da sociedade, demonstrando apoio à iniciativa da Procuradora da República.

Em prosseguimento, a intervenção do Dr. Carlos Bocuhy, do PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental - apresentado pelo Dr. Ricardo Manuel Castro. Carlos Bocuhy é ambientalista, atualmente Conselheiro Municipal do CONAMA, já foi conselheiro do CONSEMA, parceiro de longa data dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Com a palavra, o especialista agradeceu a oportunidade, afirmando que esta iniciativa é uma consagração da democracia, onde busca colher a percepção social na solução do problema que afeta a todos, a questão da água. Esclareceu que o PROAM foi criado com o intuito de construir políticas públicas relacionadas à sustentabilidade; que há tempos já se alertava para a iminente escassez de água;

Em sequência, o palestrante listou as ações e documentos produzidos pelo PROAM entre os anos de 1993 e 2015; apresentou o Relatório de Vulnerabilidade Hídrica de São Paulo, que traz vários componentes, interfaces com as políticas públicas, os desafios, as mudanças climáticas, alterações já providas de certeza científica, e busca entender os rumos que estão sendo tomados.

No entendimento do especialista, a vulnerabilidade é uma situação em que estão presentes três elementos: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco; O contexto onde se dá essa vulnerabilidade na RMSP está mesclado pela tendência civilizatória de degradação ambiental, concentração de populações em pequenos espaços geográficos e incapacidade de governança; O aumento populacional e de atividades humanas, concentradas em áreas metropolitanas e macrometropolitanas, aponta para cenários de riscos ambientais urbanos e rurais que inclui precariedade no abastecimento. Segundo o Conselheiro, vivemos em um período já reconhecido pela denominação Antropoceno, que reflete a capacidade da civilização humana de alterar os sistemas vitais do planeta;

Foram apresentados elementos determinantes da alta vulnerabilidade: (i) contexto global: neste contexto de antropização, temos de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilização de água, em padrões adequados aos respectivos usos; (ii) aquecimento global e ecossistemas de transposição de umidade, principalmente o da Amazônia, relacionado ao Sudeste e à região alagada do Pantanal; são mencionadas a construção da ferrovia transcontinental e seus impactos, fragilizando toda a região próxima da ferrovia; Deu importância destacada da transposição de umidade do oceano Atlântico para o continente; deve-se ter em vista que os ecossistemas estão hoje ameaçados; postulou que o aquecimento global e alterações no regime hídrico trarão um aumento de temperatura e maior instabilidade no regime de chuvas, com danos para a produção de água e de alimentos. As regiões mais vulneráveis são as que concentram grandes populações, como a RMSP, além do risco de eventos climáticos extremos; (iii) concentração de atividades antrópicas e os impactos decorrentes da ocupação; (iv) formação de ilhas de calor, causadas pela mancha urbana, que ocasiona o deslocamento de chuvas; não chove onde deveria chover, caindo nas áreas impermeabilizadas da metrópole e retornando ao oceano sem contudo promover a recarga do aquífero; (v) produção hídrica *versus* consumo: uma 'equação que não fecha': a perda crescente na produção natural de água dos ecossistemas por desmatamento, uso irregular e predatório do solo, aterramento de nascentes e áreas de drenagem, em todas as áreas de mananciais; Com o aquecimento global e a alteração da pluviometria para precipitações mais intensas seguida de veranicos ocorrerá fragilização de recarga nos aquíferos, impedindo que, na época da estiagem, os reservatórios mantenham produção firme; (vi) diminuição da produção natural (desertização): destacou que entre 2011 e 2014 houve 25% a menos de chuvas que a média histórica, mas o Sistema Cantareira caiu cerca de 116%; remontou à época

da garoa, da neblina: era essa massa constante de umidade era um dos componentes característicos do clima; (vii) diminuição da capacidade de reservação, relacionada ao aumento do assoreamento com chuvas concentradas, comprometendo a capacidade de armazenamento; de acordo com o especialista, em um dimensionamento, é estabelecido o valor em 300 anos para o período de retorno relativo ao assoreamento, entretanto, em São Paulo este processo de assoreamento está acelerado, estimado-se que atingirá os limites do assoreamento em tempo inferior ao de projeto; (viii) poluição: a região metropolitana polui seus corpos de água com esgotos domésticos, industriais e com a carga difusa, que é a somatória de poluentes existentes na metrópole, que são lançados nos corpos d'água com as chuvas. Apenas 11% dos esgotos domésticos gerado são tratados, sendo lançado *in natura* em rios e represas; a despoluição do Tietê depende apenas de investimento; (ix) consciência pública e participação social – apontou a necessidade urgente de consciência individual e coletiva do direito à segurança ambiental, como o direito da sociedade a um meio ambiente equilibrado; um consequente 'empoderamento' (sic) representado em participação social-institucional, proporcionando um controle social sobre a crise da água; (x) legislação; nesta questão, foram feitas referências às alterações legislativas no Código Florestal do Brasil, em 2012 - há três ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs) que ainda aguardam julgamento. Alterações prejudicaram a norma anterior que se baseava em dados científicos visando a proteção das águas; Também por iniciativa dos interesses econômicos ligados à agricultura, ocorreram em São Paulo a fragilização de leis estaduais de proteção da água, como a revogação da Lei Estadual 9.989/98 que obrigava a recomposição de vegetação nativa de áreas de preservação permanente em cursos d'água, nascentes e entorno de reservatórios e que continha critérios validados pela comunidade científica; Não há debate público, com base em dados científicos, sobre a potabilidade da água no Brasil, de forma a contemplar também a proteção das espécies aquáticas e dos ecossistemas hídricos, inclusive das regiões estuarinas e oceanos, depositários de toda a poluição química do *runoff* continental; é preciso atualizar os padrões de potabilidade da água, considerando a presença dos agrotóxicos; há inaceitável nível de lançamento de poluentes em corpos d'água sem considerar sinergias e cumulatividade; pressões dos setores responsáveis pelo saneamento que agiram para abrandar padrões visando baratear processos de tratamento – ex: lançamento de resíduo amoniacal nos corpos d'água; banalizou-se o Licenciamento Ambiental: EIAs-RIMAs vêm sendo avaliados por órgãos ambientais cada vez mais sucateados e desprovidos de vontade política para o exercício da proteção ambiental. Em estados com concentração de poder econômico, como o de São Paulo, foi visível o desmantelamento e instrumentalização dos órgãos do SISNAMA para atendimento de interesses econômicos e político-eleitorais de plantão. Os conselhos ambientais também foram pilhados, com a perda de elementos de controle social. (xi) governança para a água e gestão metropolitana; tal qual a qualidade da governança hídrica da RMSP, deve-se levar em consideração a falta de priorização ambiental, a fragmentação institucional e consequente falta de ações integradas com visão ecossistêmica, ou sustentabilidade; há municípios, regidos por



prefeitos, câmaras municipais e planos diretores insuficientes para a proteção da água, sem conteúdo ambiental mínimo e que convivem sem um plano diretor metropolitano e nem governança metropolitana instituída; ressaltou que a corrupção rouba o futuro, rouba o planejamento, impede o país de planejar o seu futuro; ponderou que, uma vez privatizada, uma empresa torna-se incapaz de gerar bem público; (xii) modelo econômico e (xiii) planejamento e políticas públicas: a crise é permanente - só poderá ser equacionado por medidas firmes, estruturais e não estruturais; a crise já se revelava há anos e ocorreria de forma gradual; há falta de uma políticas de sustentabilidade hídrica; governos estadual e federal não tem propostas de medidas reais para enfrentar a crise hídrica; O INPE, no relatório do painel brasileiro do IPCC de 2013, aponta para fatores erráticos em substituição à recorrente série histórica. O Estado de São Paulo tem presenciado eventos climáticos inesperados – e até mesmo de caráter extremo, a exemplo do ocorrido em 2012, na cidade de Indaiatuba, e em 2013, na cidade de Taquarituba, interior de São Paulo; Os planos do governo anunciados no Consema em janeiro de 2015 revelam perspectivas para tratar essa complexidade de fatores apenas com a prática de reversão de bacias, destacando-se que falta debate científico e com a comunidade para a tomada de decisões.

Concluindo sua preleção, Carlos Bocuhy faz menção aos Franciscanos, que, ambientalistas, já mencionavam a importância e louvavam a água em suas orações.

Pela Dra. Sandra foi questionado, tendo em vista o abrandamento e o processo de revisão do licenciamento ambiental, considerando também que muitas vezes o EIA-RIMA nunca retratou a realidade, qual a visão do especialista sobre a governança nos TACs, pois vê a necessidade de aprimoramento desta ferramenta disponível, trazendo a Sociedade, Academia, ONGs para sentar à mesa nas negociações; Em resposta, Bocuhy, afirmou que, em relação ao TAC, ele muitas vezes é um 'bypass' (sic) na sociedade; argumentou que, a discussão do empreendimento passa pelo Conselho, com a participação da sociedade, e o quanto resolvido fica a cargo do empreendedor e dos órgão ambientais; quando o empreendedor não cumpre, é resolvido em vias judiciais, e não há participação da sociedade; sugeriu a criação de um mecanismo que garantisse um retorno à sociedade; que se trata de uma negociação quase de balcão, na qual a sociedade fica alijada; após a celebração do TAC, a sociedade não participa, opinando para uma melhoria no sistema, com publicidade no processo e participação social.

Pelo Dr. Eduardo, foi levantada a questão do enfraquecimento dos Conselhos e qual o controle passível de ser exercido; Bocuhy afirmou a necessidade de um grande Conselho para ser ouvido; O CONAMA apenas pode sugerir ao governo federal alguma medida; a Constituição, na gestão participativa, apenas garante que Conselhos periféricos assumam questões como licenciamento ambiental; Controle social não existe: na verdade, que planeja é o setor econômico, e que as reuniões são apenas para dar legitimidade ao processo; Pontuou

que a gestão integrada, o aumento na capacidade de transformação e resistência, de controle social efetivo, passa por um amadurecimento que a nossa sociedade ainda não alcançou.

Pelo representante do Ministério Público de Contas, Dr. Celso, foi levantada a questão da formação societária atual da Sabesp, se há necessidade de alteração do modelo atual, se não do próprio objeto de atuação da Sabesp; Em resposta, o especialista comentou que o governo não cumpriu suas obrigações; que a Secretaria de Recursos Hídricos deveria ser cobrada, pois tem atribuição para atuar nesta área; que a Sabesp é hoje blindada, sem acesso à informações; Não se sabe se as decisões são corroboradas pela Academia; As decisões tomadas são sempre voltadas para o sistema já instalado e a geração de lucro para a Sabesp; Há necessidade de se cobrar investimentos dos lucros na área de abastecimento; não há uma participação real da sociedade; Classificou o problema da água em São Paulo como uma incapacidade do governo de ouvir a Academia e dialogar com a sociedade.

Em continuidade aos trabalhos, Dr. Ricardo Manuel Castro anunciou o Professor José Roberto Kachel dos Santos, graduado em Engenharia Civil pela USP, mestrado e doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela USP, um dos maiores colaboradores do Ministério Público nas ações civis públicas ajuizadas em razão da crise hídrica, agradecendo sua ampla colaboração nos trabalhos desenvolvidos.

Prof. Kachel deu início à sua apresentação indicando um mapa da RMSP, totalizando uma área de 1.259,2 km<sup>2</sup>; grande parte do seu território era declarada Área de Proteção aos Mananciais pelas Leis Estaduais 898/75 e 1.172/76; mostrou um quadro que indica a área de municípios em APRM, com destaque para Salesópolis, onde a porcentagem sobre a área total do município é de 98% na APRM; estas áreas protegidas estão destinadas à produção de água no sistema alto Tietê; apresentou um desenho esquemático do sistema produtor Alto Tietê, com 5 represas interligadas, com capacidade regularização de 12,55 m<sup>3</sup>/s; este dado conta a capacidade máxima da represa de Taiapuê; porém este reservatório passou mais 20 anos sem poder ser enchido devido a ocupação por uma indústria de papel; neste meio tempo, houve regeneração de vegetação, sofrendo hoje desmatamento, que afeta a capacidade do reservatório, trazendo problemas para operação do sistema de bombeamento; A situação do sistema alto Tietê mostra que praticamente todo o volume que entrou foi canalizado; em um gráfico de afluência mostra que estamos com 67% da média de afluência histórica; a Sabesp vinha contando com um cenário hidrológico que não se confirmou; houve queda significativa de pluviometria; no Cantareira, observou-se uma redução drástica de produção desde o ano

passado com redução na retirada; no Alto Tietê, a partir de abril, aumentou cada vez mais a retirada, que vem levando o sistema ao colapso; que estas decisões provavelmente são tomadas pela Sabesp, e não há nenhum tipo de controle como no Cantareira.

Mencionou as ações emergenciais, como transferências de água de rios para reservatórios; menciona que no Guaratuba, a retirada prevista na obra excede os valores normais; outra obra é a transposição da Billings; mostra também a impossibilidade de operação na captação do rio Guaió, estimada em 1000 L/s, em razão dos baixos níveis de água, fornecendo apenas 200 L/s; Em simulações, é possível observar que não haverá disponibilidade de água, sendo necessário um bom volume de chuvas a partir de outubro para garantir o recurso; o pesquisador ponderou sobre a real efetividade das medidas e obras anunciadas; em relação a obras propostas, afirmou que se trata do mesmo processo romano, de trazer água de fora quando necessário; sobre este tipo de obra, não pode afirmar sobre sua eficácia, pois trata-se de algo novo, não possibilitando ainda uma avaliação.

Pelo Dr. Ricardo Manuel Castro, em relação ao seu conhecimento relativo ao sistema do Alto Tietê, foi questionado se seria correto afirmar que era previsível que estas obras, de captação do rio Guaió e do Guaratuba seriam completamente ineficientes para a solução do problema de aporte de água, respondendo afirmativamente, o pesquisador destacou que a reversão do Guaratuba foi projetada em 1948, e já se sabia que não daria mais de 500 L/s; voltando à 'novidade' de se fazer algo (obra) para se usar de vez em quando, o professor não tem opinião formada.

Encerrados os questionamentos, passou-se à intervenção da Dra. Telma Nery, médica, Diretora do Setor de Doenças ocasionadas pelo Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Saúde, sobre os impactos da crise hídrica na saúde pública.

Agradecendo a todos e parabenizando a iniciativa deste evento, que possibilita ter uma visão mais ampla da situação e dos reais problemas que estão acontecendo; Na opinião da médica, água é saúde, e a vida é totalmente dependente da água; que a medicina é a ciência do cuidado com a vida, por ampliação, também o cuidado com a água; Afirmou ainda que não há dados ou estudos que digam que a crise da água está afetando a saúde pública; pediu aos municípios o levantamento destas informações, fazendo uso da notificação das ocorrências, para enfim, subsidiar as análises; ponderou que a saúde está relacionada às condições ambientais, conhecimento este que remonta a Hipócrates e Galeno; historicamente, também é possível associar doenças à disponibilidade de água: sua redução afeta hábitos de higiene,

consequentemente, a saúde; que ao longo dos tempos, doenças foram associadas à água, como Cólera e Febre Tifoide; mencionou a Resolução A/RES/64/292 da ONU, que declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os direitos humanos; para a OMS, “Todas as pessoas, em quaisquer estágios de desenvolvimento e condições socioeconômicas, têm o direito de ter acesso a um suprimento adequado de água, potável e segura”. Em relação aos dados referentes a São Paulo, a Diretora afirmou que os estudos ainda estão sendo concluídos.

A palestrante esclareceu que a Epidemiologia é, tradicionalmente, a ciência que estuda a distribuição das doenças e suas causas em populações humanas; são demonstrados vários impactos na saúde humana relacionados à água, por exemplo, estudos que revelam a incidência elevada de alguns tipos de câncer, relacionada a substâncias utilizadas no tratamento de água; Não foram identificadas, até o momento, situações conclusivas ou analisados os indicadores sobre o real impacto da escassez hídrica na Saúde; A FIOCRUZ e a OPAS publicaram uma análise entre a estiagem do Sistema Cantareira e a incidência de óbitos no Estado; As análises preliminares dos dados de monitoramento das diarreias também evidenciam aumentos, mas carecem de análises conclusivas; ilustrou suas colocações mencionando práticas adotadas nos EUA após passagem de furacão, destacando a importância da coleta e disponibilidade de dados; a falta de dados leva ao desconhecimento real dos impactos; mencionou também a atuação dos órgãos competentes por ocasião da ocorrência de espuma em Santana do Parnaíba, que foi associada a problemas respiratórios, por meio de estudo epidemiológico, que culminou em sugestão de medidas para a solução dos problemas.

Mencionou estudo que apontou a questão do armazenamento inadequado de água, em razão do desconhecimento em relação à continuidade do fornecimento, que levou a um aumento de casos de dengue; que 25% das doenças relacionadas a questões ambientais referem-se a saneamento e águas inseguras; Em relação à presença de substâncias químicas na água, a oradora definiu 'dose' como a quantidade real de uma substância química que ingressa no corpo; já a relação 'dose-efeito' sugere que uma dose, em um período de exposição a uma substância química ou tóxica, produzirá um impacto no organismo exposto; a preocupação com a qualidade da água, pois a falta da água atinge saúde e segurança, e a qualidade duvidosa leva a casos crônicos e agudos; A intermitência no fornecimento pode acarretar a deterioração da qualidade da água no sistema de distribuição e/ou levar a população ao uso de fontes de qualidade duvidosa.

Retomando novamente o tema da informação, a palestrante esclareceu e demonstrou a forma de utilização da Notificação Online, insistindo na importância da obtenção destes dados para subsidiar ações imediatas e futura; alertou que a comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento.

Por fim, trouxe sugestões para avaliar os impactos da crise no Sistema Único de Saúde, se houve ou não o aumento de atendimentos de emergência e, em caso positivo, de que natureza; a Instituição de análises epidemiológicas nos municípios afetados, considerando principais agravos, destacando a Notificação, a informação pela população de relatos de situações, e a atuação do Ministério Público, encerrando então suas colocações.

Pela Dra. Alexandra Faccioli, em relação às ocorrências de doenças de veiculação hídrica, acompanhando as notícias na imprensa e os diversos relatos colhidos em determinadas regiões fortemente afetadas, relatando dados de um número expressivo de casos de doenças, em diversos municípios, questionou sobre a não conclusão dos estudos apontados pela diretora, diante de informações já divulgadas da Vigilância Sanitária, e quais ações estão sendo realizadas pela Vigilância Epidemiológica em razão dos surtos registrados; respondendo às indagações da Promotora de Justiça, mostrou no site dados disponíveis de monitoramento, mas, no momento, só estavam disponíveis dados até 2012; Quanto às medidas adotadas, mencionou a divulgação de informações; Dra. Alexandra destacou que alguns municípios não informam a ocorrência de surtos à Vigilância Sanitária e não implantaram o programa de monitoramento, questionando quais as penalidades associadas a esta conduta; Dra. Telma lembrou que doenças como diarreias não se incluem nas doenças de notificação compulsória; mas chamou a responsabilidade à Secretaria da Saúde, mencionando que já existe possibilidade de revisão; chamou a atenção para a necessidade de fiscalização da qualidade da água em razão da forma de armazenamento. A Promotora de Justiça indagou sobre a diferença da atuação da vigilância sanitária a vigilância epidemiológica; a primeira é responsável pela fiscalização e acompanhamento de todos os sistemas sanitários do estado; e segunda, o monitoramento e acompanhamento das informações sobre doenças e pessoas; e que existem diversas divisões dentro da Secretaria.

Dra. Alexandra Faccioli mencionou o comunicado da Vigilância Sanitária 23/2014, que traz considerações em relação às consequências da intermitência do fornecimento de água, à responsabilidade das empresa de saneamento de comunicarem imediatamente à Vigilância

Sanitária as alterações no fornecimento, para o atendimento e cumprimento das suas obrigações; vê demora na conclusão dos estudos, registrou, solicitando à oradora que levasse aos seus superiores, um pedido de agilização nos estudos e uma articulação mais rápida entre os diversos setores da Secretaria, no que se prontificou a Dra. Telma.

Prosseguindo as apresentações, chamou à tribuna a representante da ONG Artigo 19, conforme convite formulado no dia anterior pelo Dr. Ricardo Manuel Castro, passou um vídeo sobre a questão da transparência e crise hídrica. O vídeo fala das dificuldades que temos de acessar as informações dos dados dessa crise. Por fim disse que a mídia é muito omissa, a grande imprensa não divulga os dados reais, não se vê nada sobre a crise nos jornais. Mais uma vez ressaltou a importância das pessoas se organizarem: a sociedade civil, trabalhadores, ex-funcionários da Sabesp, todos junto para a busca da transparência dos órgãos públicos.

Com a palavra, o Presidente da Mesa levantou um ponto positivo da crise, de estabelecer contato e conhecer pessoas e instituições extraordinárias como Artigo 19; espera que seja o início de uma duradoura relação com o MPSP, que possam atuar conjuntamente em outros assuntos de interesse social; estabelecendo intervalo, recomendou pontualidade para o reinício dos trabalhos.

Realizado intervalo para o almoço, os trabalhos foram retomados às 14h15min, oportunidade em que se colheram os seguintes depoimentos, resumidamente:

1) Heloisa Araújo – Representando o Instituto Causa Ambiental de Rio Grande da Serra:

Trouxe “slides” sobre a cidade Rio Grande da Serra, inserida em área de proteção aos mananciais, possuindo várias nascentes, entre elas o Rio Grande, que garante o abastecimento e a recarga da água para o Braço do Rio Grande do Reservatório Billings, além de possuir uma estação de captação e tratamento de água chamada Sistema Ribeirão da Estiva. Relatou que não há saneamento básico e os esgotos são jogados “in natura” nos rios. Possuem, conforme dito acima, o sistema de captação que é o Ribeirão da Estiva, assim, falou que não necessitam do Sistema Cantareira e nem do Alto Tietê para abastecer Rio Grande. Informou que tubos foram instalados para retirar a água da região e lavá-la para o Alto Tietê e quando aconteceu esse fato houve degradação ambiental, com assoreamento de rios e aterramento de nascentes, além de devastação de florestas. Ademais, falou que com relação à Represa Rebise, a Sabesp

proibiu a entrada da população, por causa da tubulação de tais obras. Em análise de água feita, verificou-se que a degradação ambiental dessa obra alterou seu ph e ela está imprópria atualmente com produtos tóxicos, esgoto, etc. Por fim, indagou qual é o papel do poder público e contou que quando questionado, o Prefeito disse que a água é do Estado e ele pode fazer o que quiser.

2) Ana Lúcia – Pessoa física:

É moradora da cidade Rio Grande da Serra e narrou que pediu para Prefeito arrumar as vias da cidade e ficou sabendo das obras da Sabesp. Foram atrás de informações, descobrindo que mora perto de uma região em que está sendo feita parte da obra. Disse que acompanha o descuido dela, sem licença ambiental, havendo prática de ilegalidades. Questionou os tubos colocados, perigosos para animais e crianças.

3) Carlos Thadeu de Oliveira – Representando o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC):

Deu um enfoque para o consumidor na sua fala. Trouxe a questão da informação ao consumidor e ao cidadão. No CDC é um dos direitos básicos (artigo 6º, inciso III), tendo ampla proteção na referida lei, inclusive havendo previsão de sanções com seu descumprimento. Disse que nós todos estamos vivendo uma grande mentira, tratando-se o caso de uma omissão importante sobre o serviço. Relatou que fizeram reclamações (mais de 700) ao Procon e em resposta, este informou que as reclamações não chegaram e, portanto, não foram tratadas como reclamações. Assim, o Procon não contabilizou grande parte delas. Ademais, pediu ao Ministério Público que provocasse os secretários municipais e estaduais de saúde para responderem sobre o monitoramento da água, bem como para convocá-los para maiores informações. E para finalizar, falou sobre o debate da tarifa e a cobrança abusiva, chamando a atenção sobre o fato de a Sabesp cobrar desde sempre a tarifa de esgoto e ele não é tratado.

4) Andrée Marie Luise de Ridder Vieira – Representando o Instituto Supereco:

Relatou sobre o contexto do litoral norte de São Paulo e a necessidade de investir em foco estratégico de políticas públicas integradas e um bom direcionamento da questão da segurança hídrica e da socio-economia da região. Há sete grandes empreendimentos acontecendo na região. Fizeram mapeamento das duas principais bacias hidrográficas prioritárias de abastecimento público e os diagnósticos ambientais que foram entregues para os gestores públicos, em dezembro, foram que na zona rural, da Bacia do Rio Juqueriquerê, há toda a área de APP e fontes de mananciais sendo comprometidas. Na Bacia do Rio São Francisco, sua vazão que está sendo comprometida, há desvio de água que chega à Estação e outros componentes. Comprometeu-se a protocolar estes diagnósticos. Alertou que é necessária uma articulação estratégica dos Colegiados em políticas públicas integrada para melhorar as diretrizes de

atuação desses órgãos. A falta de estratégia para a região e a falta de visão sistêmica e de segurança hídrica são os maiores problemas.

#### 5) Washington Aparecido dos Santos – Pessoa Física:

É morador no município de Santa Isabel. Fez uma representação ao MP contra o seu Município, pois estavam recebendo água suja com cheiro de peixe podre. Descobriram que a municipalidade havia demitido o funcionário da empresa responsável por limpar as tubulações e como ele não limpava mais, as bombas estavam captando água suja para as estações de tratamento. Narrou que a Promotoria encaminhou o caso para o GAEMA da região e houve instauração de um inquérito a respeito do mesmo. Verificou, outrossim, que a Prefeitura, no mês de agosto, assinou contrato passando a administração do saneamento da água para a Sabesp. Está claro que a Sabesp é uma empresa ruim, que só trata dos interesses de seus acionistas. Continuou relatando que a Prefeitura de Santa Isabel está pedindo para a população economizar água, pois ela está captando água de uma empresa para abastecer a cidade, porque o Ribeirão Araraquara, primeira estação aonde se capta água, não consegue captar mais, pois só existe esgoto. Não há qualquer tratamento de esgoto. Enfatizou o fato de a cidade estar inserida em Mananciais e, mesmo assim, precisa pagar uma empresa para abastecê-la. Terminou dizendo que o Governador foi omissos, cometeu improbidade administrativa e merece ser preso.

Dr. Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do GAEMA PCJ Campinas, fez um comentário explicando que a página inicial do Ministério Público de São Paulo tem um link “serviços de informação ao cidadão” para consulta de procedimentos. Assim enfatizou a possibilidade de consulta e acesso a informação a todos através do site.

#### 6) Dimitri Auad – Representando o Instituto PROAM:

Trouxe uma revista da Engenharia nº 72 de 2015. Nesta revista há uma entrevista com o Diretor da Região Metropolitana da Sabesp, em que relata acerca dos planos que estavam sendo executados e os que não foram executados ao longo do tempo. Continuou dizendo que além dos acionistas da Bovespa e de NY, existe um acionista que é público, o Governo de São Paulo, que retirou da Sabesp quase R\$ 2,5 bilhões de reais. Gostaria de saber para onde foi esse dinheiro. No processo de licenciamento do Sistema São Lourenço, esteve na Câmara Técnica do Alto Tietê e no Consema e disse que questionaram os técnicos da Cia Estadual de Água sobre perdas, porque eles entendem que transferência de água é comprometer o equilíbrio ambiental da Bacia que está cedendo seus recursos. Então, pautaram sobre combater as perdas de água como medida de fornecimento de água a população. Descobriram que eles investiram R\$200,00 milhões quando o correto seria R\$400,00 milhões por ano. Indagou por que a Sabesp não investiu o valor correto? Por fim, falou das enchentes da Região Metropolitana de São Paulo causada pelas barragens.



6) Hamilton Mendes Rocha – Representando o Instituto Coletivo de Luta pela Água:

Relatou que em março foi feita uma manifestação com a entrega, na Secretaria de Assuntos Hídricos de São Paulo, de uma pauta de aplicações com medidas emergenciais na crise hídrica. Trouxe slides citando essas medidas, como priorizar o consumo de água para uso humano e animal, garantir água de qualidade para o consumo imprescindível a sobrevivência, manter sem interrupção o abastecimento dos imóveis em que residam pessoas vulneráveis, hospitais, albergues, escolas, etc., informar local e horário em que ocorrerá desabastecimento ou a redução de água previamente, administrar com equidade a falta de água para não penalizar população carente que mora em periferia, mais em cima de morros, entre outros itens. São medidas que a maioria dos movimentos sociais analisou como medidas essenciais diante da crise. Entretanto, nada foi feito ainda. Outro ponto é a questão dos vazamentos. Fizeram uma pesquisa e identificaram 9 (nove) mil denúncias de vazamento na Região Metropolitana de São Paulo. Por fim relatou casos a serem investigados, como o uso de máquinas alugadas pela Sabesp, sendo estas compradas pela mesma, gerando suspeita de fraude. Concluiu dizendo que a Sabesp cobra por um esgoto que não fornece, por tratamento de água que não realiza e por uma água que não fornece.

Dra. Sandra Kish, Procuradora do Ministério Público Federal, fez uma intercessão nesse momento e disse que se fizermos nossa lição de casa de forma simples, vamos encontrar uma medida efetiva de economia de água no nosso dia-a-dia. Relatou que no MPF fizeram uma comissão anti-crise interna e hoje tomou uma dimensão grande: torneiras foram trocadas, reduziram o consumo de copo descartável, reduziram o cafezinho servido, desligaram um elevador para só ativá-lo nos horários de pico. Esse trabalho se espalhou para fora, na Avenida Paulista, como no Bacen, Conselhos de enfermagem, OAB, sendo levado até as escolas, com vídeos para abordagem da crise com as crianças. Por fim, sugeriu para cada um dos presentes olharem pelo seu espaço pessoal e tomarem alguma atitude.

Dra. Beatriz Helena, Promotora de Justiça de Direitos Humanos, comentou que o Ministério Público de São Paulo também tomou essas medidas de conscientização da crise hídrica, adotando medidas restritivas que geraram uma economia de 30% de água no prédio sede.

8) Tércio José Brandão Câmara – Representando o Instituto Associação dos Moradores do Country Club, da cidade de Valinhos :

Mostrou vídeo e relatou que é representante desta associação chamada Country Club e que mora no Bairro Country Club, aonde se situa o loteamento Chácara São Bento, em Valinhos. Nas imagens mostrou foto de uma lagoa Cambará, situada no referido bairro em 2007 e hoje quase sem água. O bairro não tinha rede de distribuição de água e nem saneamento, as moradias eram abastecidas por poços particulares. Aconteceu que essa seca da lagoa decorreu de estiagem e da solução encontrada pelo poder público para abastecimento da rede pública

de água do bairro: ele furou diversos poços e tais poços afetaram a lagoa, conforme laudo geológico contratado. Instalou-se há pouco tempo na área do bairro uma empresa para revenda de água e fabricação de gelo. Por conta disso, foi instaurado o IC nº 14.0466.000206/2014, na 4ª Promotoria de Justiça de Valinhos para investigar essa situação trazida ante denúncias de ilegalidades. Falou que a Promotoria determinou ao Daev providências para reverter à degradação ambiental da lagoa Cambará e recomendou à Prefeitura a não concessão de licença de operação à empresa particular. Entretanto, contou que a empresa em agosto de 2015 teve a sua concessão de volta, pois a promotoria teria retirado recomendação para não concessão de licença. O problema é que o consumo outorgado à empresa corresponde a 52% do consumo de todos os moradores do bairro, além do grave risco de degradação ambiental da lagoa interna referida. Questionou essa atitude recente da promotoria.

9) Wesley Silvestre Rosa – Representando o Instituto Parque dos Búfalos:

Falou do Parque dos Búfalos que fica na região da Billings e mostrou, através de imagens, a degradação da região. Relatou que querem construir um conjunto habitacional, afetando as margens da Billings, que possui 18 (dezoito) nascentes e em um local sem estrutura alguma. O lobby imobiliário consegue passar por cima das leis ambientais e lei estadual da Billings, lei nº 13.579/09, mais especificamente artigo 119. O fato de eles quererem construir dentro de uma área de manancial depois dessa lei é ilegal. Assim, afirmou que há o atendimento dos interesses de grandes construtoras em detrimento do interesse social. Relatou também que há mais de 20 anos, na região do Jardim Apurá, eles sofrem com a falta d'água.

Dr. Ricardo fez uma intercessão dizendo que todos os relatos concretos aqui trazidos serão encaminhados ao Ministério Público ou a instituição responsável presente para o encaminhamento devido, solicitando aos órgãos de execução uma futura resposta acerca desses casos relatados.

10) Clara Abreu Campos – Representando o Instituto Coletivo de Luta pela Água:

Trabalhou com a Sabesp por 32 anos, dos quais 15 anos foi gerente. Trabalhou no controle de qualidade de água. Relatou que a sua preocupação é em como produzir provas contra a Sabesp, visto que hoje está muito difícil. Então se comprometeu a dar os caminhos para obter os resultados que qualquer um pode obter. Em 1985, participou de um rodízio, esse era o nome. Já era falta d'água naquela época, pois qualquer operação que se faça na rede e que não chega água é falta d'água, não tem que haver essa discussão técnica acerca da nomenclatura, se é rodízio, queda de pressão ou redução da pressão. Disse que no governo de Franco Montoro, havia um diálogo direto com a sociedade, avisando aonde iria faltar, quando iria faltar e quando voltaria ao normal, tudo isso previamente. No site da Sabesp existe um organograma e existe um cargo de diretor metropolitano que centraliza toda e qualquer

decisão. Antes, o corpo técnico conversava com a diretoria, era consultado para tomada de decisões. Hoje não é mais assim. Houve demissões porque os técnicos não agiram conforme a “cartilha” determinava, técnicos estes de alto gabarito, mas que não acataram as determinações do alto escalão. Explicou que quanto à hierarquia, abaixo do Diretor, existem seis ou sete superintendentes e toda obra de produção e distribuição de água é da alçada dessa diretoria. Existe só a obra do São Lourenço que está em outra diretoria. Em relação aos contratos, eles são distribuídos conforme seus valores (ao diretor, ao superintendente, etc.) e que tem que se fazer um quadro com todas as informações para mandá-lo para o diretor aprovar para, somente então, começar a tocar a obra.

Dr. Ricardo, nesse momento, perguntou se ela tem conhecimento sobre os procedimentos das contratações dos programas de combate às perdas. A declarante respondeu que quem saberia dar essas informações é a Érica Martins de Andrade, que foi gerente de perdas da Sabesp. Pelo Dr. Ricardo foram pedidas informações pessoais da declarante para contatá-la para reunião conjunta com os promotores para reduzir a termo suas declarações em oitiva mais detalhada para instruir as investigações que estão tramitando. Por fim, a declarante fez um adendo sobre a qualidade da água, qual o plano de contingência da Sabesp para controle dessa água bruta? Em épocas adversas como essa, qual é a responsabilidade da Sabesp em intensificar essas análises necessárias para apresentar a população. Disse que a Sabesp faz o que ela quer porque é impune. Terminou dizendo o que está acontecendo na Sabesp não é irresponsabilidade, é crime!

11) Ricardo Guterman – Representando o Instituto Coletivo de Luta pela Água:

Começou dizendo que em relação ao Sistema Alto Tietê, mantidas as condições atuais tanto de afluência de água no sistema quanto de captação de água para tratamento, esse sistema vai se esgotar em dois meses e meio, no início de novembro. No Cantareira isso não está acontecendo, pois diminuíram a captação, se não esse sistema já teria entrado em colapso antes. O DAEE soltou uma portaria de grande repercussão essa semana dizendo que o Sistema Alto Tietê está em situação crítica, mas qual seria a novidade? Finalmente, continuou o declarante, o governo resolveu dizer a verdade, apesar de depois querer maquiagem a situação dizendo que não vai faltar água. Questionou o seguinte ao ler trechos da portaria: antes dessa portaria, utilizar recursos hídricos em desacordo com as normas legais ou sem outorga do DAEE, não era infração? No Alto Tietê, além de reduzir a captação, é necessário divulgar os índices reais do Sistema, da mesma forma como está sendo feito no Cantareira.

12) Andre Queiroz Guimarães – Representando o Instituição Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana/Instituto de Pesquisa Ambiental Louveira – IPAL:

Representa o Conselho Nacional das Cidades. Trouxe o caso de Louveira e uso do solo e disponibilidade hídrica. É uma das cidades cabeceiras do Rio Capivari e desde 2007 existe um

processo judicial acerca do seu plano diretor, na questão da preservação de dois córregos, que abastecem a cidade de Louveira, Vinhedo e 5% da população de Campinas. A região é de cabeceiras, de cursos d'água importantes e nessa tentativa de se ampliar os perímetros urbanos para especulação imobiliária, torna-se insustentável a produção de água nessa região, além de ser contrária a princípios constitucionais. Em 2013, nova ação civil pública foi proposta e a menos de 6 meses houve a assinatura de um TAC. Criticou a necessidade de participação popular, publicidade ampla e irrestrita nas celebrações de TACs, bem como enfatizou a necessidade de participação dos promotores no novo processo de revisão de planos diretores a fim de que se garanta a participação popular e que o conteúdo mínimo do plano seja efetivo.

Dr. Ricardo Manuel Castro fez uma colocação acerca da participação popular nos termos de ajustamento de conduta. Explicou que o procedimento de homologação do TAC é precedido de uma intimação, por meio do diário oficial, a que qualquer entidade possa se manifestar previamente ao Conselho Superior, inclusive apresentando suas razões, discordando de eventual homologação de termo de ajustamento de conduta. Além de haver a possibilidade de acompanhamento de tramitação de inquérito, há esse prazo para acolher as manifestações que serão analisadas no Conselho Superior nas Sessões de Julgamento. Essas sessões são públicas, sendo possível inclusive a sustentação oral contrária à homologação dos TACs. Então enfatizou que há mecanismos de participação popular nesses procedimentos. Pela Dra. Sandra Kishi foi dito que em relação aos termos de ajustamento de conduta acredita que os promotores e procuradores da república podem provocar uma facilitação para disponibilidade dessas informações acerca de seu curso ou homologação para possibilitar um efetivo um controle social e participação dessas ONGs e sociedades civis. Ademais, enfatizou que cada colega tem uma metodologia no sentido da disponibilidade dessas informações. Então acredita que nesses encontros a metodologia de trabalho poderia ser antecipada quanto a chamada da sociedade para ciência do TAC.

Em pergunta formulada pelo declarante, Dr. Ricardo respondeu que a fiscalização e execução do TAC cabe a promotoria de justiça aonde foi tomada o termo de ajustamento de conduta.

13) Guilherme Ravaglia Teixeira Perisse Duarte– Representando o Instituto Alana:

Disse que a atuação do Alana é voltada para as crianças – pessoas com menos de 12 anos. Indagou se com relação aos planos de contingência do Estado e da Prefeitura de SP, se há priorização dos serviços destinados a crianças e se estes são mesmo mantidos na medida do possível. As populações hipervulneráveis – crianças e idosos – estão correndo mais riscos com a escassez hídrica. Fez alusão a mortes no bairro de Sapopemba pela qualidade da água e reiterados desabastecimentos.

Dr. Ricardo Manuel Castro perguntou em relação às mortes relatadas no bairro de Sapopemba, quando elas aconteceram e quais foram as suas causas. Pelo declarante foi dito que não conseguiu apurar além dessa informação, ninguém soube dar mais detalhes.

14) Regiane Nigro – Pessoa Física:

Trabalha na Aliança pela água. Falou da ferramenta que estão criando para visibilidade das pessoas e mobilização da sociedade. Trouxe imagens acerca desses trabalhos no site [saladecrise.com.br](http://saladecrise.com.br) e explicou a forma de acessar tal ferramenta. A falta de água vai estar contabilizada nesse site, indicando o local e a duração. Estão usando a tecnologia a serviço das pessoas. Reiterou que um sistema bem feito pode ajudar, mas as pessoas precisam se mobilizar para alimentá-lo com as informações necessárias.

15) Renato Arnaldo Tagnin – Pessoa Física:

Falou de sua tese na USP cujo nome é “espaço da água e seus reflexos na região da macrometrópole paulista”, tendo como abordagem as temáticas de como as variações de qualidade, quantidade e regime são regidas pelo espaço hidrológico. A nossa crise tem diferentes protagonistas. A nossa gestão de água quando muito trata da bacia. A chuva é uma variável independente. Tem muitos estudos que mostram que a fração atmosférica é essencial na distribuição das chuvas e ela deriva da relação do solo, dos continentes, sobretudo. Alerta que precisamos olhar de onde provém a umidade que aqui se precipitaria. Chamou atenção para o processo de desertificação que está ocorrendo na nossa região. Por fim, convidou o MP a mapear a situação, acompanhar o mapa da desertificação e o mapa da geração do uso de agrotóxico, fertilizantes etc., porque é esse conjunto que dará o resultado.

Dr. Rodrigo perguntou quando foi defendida a tese narrada e o declarante falou que foi defendida junto com o Programa Habitat da faculdade de urbanismo da USP e que tem várias referências bibliográficas para passar para os promotores de justiça.

16) Edson Luiz Bitú – Pessoa Física:

Foi funcionário da Sabesp por 14 anos e meio. Contou que por não rezer a cartilha acabou sendo demitido. A primeira declaração que fez nesta audiência pública foi que em 2004 foi encarregado pela operação de distribuição de água da Metropolitana Sul e coleta de esgoto e que nessa época já existia um relatório falando em seis anos de racionamento de água, solicitando portanto o racionamento, mas nada foi feito. Em 2011 saiu outro relatório - e ele era chefe de operação de tratamento de esgoto do ABC – em que se falava que haveria seca até 2018. A Sabesp tem esse relatório, mas está escondido em algum lugar. A segunda questão, continuou o declarante, é sobre o castelo de ouro que foi divulgado na mídia como o tratamento de água de reuso para Utinga, aonde se doou uma parte da estação de tratamento de esgoto, que foi sucateada, inclusive, soube que o governo largou alguns equipamentos no

mato.

Também falou do caso da Odebrecht.

Dr. Celso A. M. Feres, do Ministério Público de Contas, perguntou se ele sabe o nome do Relatório? Ele não sabe dizer, mas disse que é Relatório Sabesp, que eles possuem internamente, produzido pela Sabesp.

Uma pessoa da plateia respondeu que é o relatório de controle hidrológico, do setor de Hidrologia da Sabesp.

17) Marcos Tadeu Gaspari – Pessoa Física:

Também foi funcionário da Sabesp e também foi demitido. Desde 2004 existe o conhecimento da questão climática. Não existe crise hídrica, mas sim crise de gestão. Falou que o próprio governo tem uma política de mudanças climáticas, mas que não está sendo aplicada. Denunciou em geral o superfaturamento, material sucateado da Sabesp, como o Sr. Edson disse. Também falou da operação lava jato, CPI da Câmara Municipal e da empresa Tejofran, a maior empresa dentro da Sabesp, com licitações viciadas, pois são as mesmas empresas que operam dentro da Sabesp, só mudam o nome do consórcio.

Dra. Célia Regina Camashi, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, fez uma colocação a respeito da terceirização das atividades finalísticas da Sabesp, pois foi considerada uma prática irregular pelo Ministério Público do Trabalho, tendo entrado com ACP em dezembro de 2014.

18) Agnaldo Aparecido Pereira Dias – Pessoa Física:

Mora em Amparo e falou que o DAEE e Governo do Estado pretendem construir uma barragem no local para consumo industrial. Relatou que a água está contaminada da cidade. Foi pedida uma coleta, mas não há divulgação do resultado até hoje sobre essa análise. A água é poluída por esgoto e resíduos industriais. Por fim, disse que a imprensa é omissa e não divulga as informações necessárias.

19) Márcia Regina Pereira Dias – Pessoa Física:

Morada de Amparo, aonde eles querem fazer a barragem de duas pontes. Veio pedir socorro, pois o rio Camanducaia está secando e a cidade está fedendo esgoto. Eles querem é gastar dinheiro, havendo desperdício do dinheiro público. Pediu socorro para o MP investigar esse fato. Também falou que o governo e a prefeitura estão negando qualquer informação.

20) Debora Moreira Souza Rocha – Pessoa Física:

É conselheira da saúde. Fez uma indagação sobre os Conselhos Gestores: como fazer com que eles atuem se eles são indicações políticas? Eles são partidários e parciais. Na questão hídrica

teceu críticas, dizendo que o Governo do Estado, junto com a Prefeitura de São Paulo, não está respeitando o cidadão, nascentes estão sendo enterradas e construções nesses locais estão surgindo da noite para o dia.

21) Mônica Teodora Abreu – Pessoa Física:

Participou dos programas Billings e Guarapiranga e em 99 concluiu um mestrado sobre a escassez de água para o abastecimento público e a influência da degradação ambiental. Nunca entendeu a tabela de oferta e demanda da Sabesp. Sempre achou que eles trabalham com o limite. O sistema precisava ter sido ampliado há muito tempo e está sendo feito agora a toque de caixa. Participa da Aliança pela água e outras organizações. O governo tem que ter eficiência e não há. A verificação através de relatórios, mapas, geoprocessamentos não são suficientes, não excluem a participação dos poderes públicos nas áreas de mananciais, fazendo fóruns de participação, oficinas, etc. Concluiu pedindo a atenção a respeito da endemonização do órgão público, pois o órgão público participativo é importante como executor de políticas públicas. Por fim, relatou que trabalhou em empresa com contrato com o governo e teve de assinar um termo de sigilo, pondo em questão o princípio da transparência.

22) Gean Carlo Reis Machado:

Trabalhou no DAEE, foi estagiário. Disse que a resposta aos ofícios expedidos pelo Ministério Público era padrão, no sentido de não ter contingente técnico capacitado para responder aos quesitos formulados pelo promotor de justiça, pleiteando dilação de prazo. Relatou que já executou um trabalho bem feito, com uma série de documentos probatórios requisitados, com conformidade técnica e seu chefe mandou riscar tal trabalho, ordenando que respondesse que não tem técnico suficiente para atender aos quesitos, pedindo dilação de prazo. Portanto, existe ocultação de dados sim por parte do DAEE.

Dr. Otávio Ferreira Garcia, Promotor e Justiça do Patrimônio Público e Social, fez uma colocação acerca da exposição dele, da sua fala que é exercício corajoso da cidadania, pois esses fatos são sabidos, mas não temos a prova de que realmente acontecem. Enfatizou a importância da colaboração do declarante. Pelo Dr. Ricardo foram pedidos seus dados pessoais para formalizar sua oitiva posteriormente em separado.

23) Célio Sales – Representando a Instituição Paróquia Santos Martares:

Pediu ação nas zonas mais vulneráveis, que são as periferias e as regiões que são abastecidas pelo Cantareira e pelo Alto Tietê, como a Zona Leste, região muito carente. Disse que em caso de colapso teremos problema não só de escassez de água, mas de violência. Alertou que não adianta fazer manchete via facebook, água virtual não existe. É necessário fazer campanha nas igrejas, nas favelas, nas casas dessas pessoas para esclarecimentos e prestação de informações acerca de técnicas para uso da água. Em relação à questão hídrica, falou da cidade de Itu, que

em 2013 choveu mais do que a média, portanto, não houve seca na região e o colapso não foi por culpa de São Pedro.

Dra. Sandra Kishi concordou com a colocação de se chegar até os vulneráveis e pediu os dados pessoais do declarante para que ele auxilie nos trabalhos de identificação de representações de comunidades nessas regiões de favela, a fim de que possibilite um diálogo para que se consigam prestar informações e auxílios em prol dos interesses dessas pessoas, invocando as associações de bairro.

24) Maria Deluca - Pessoa Física:

É blogueira e escreve sobre meio-ambiente e animais. Em meio a essa crise hídrica, questiona a piscina dos ursos polares construída em São Paulo, utilizando-se de cerca de um milhão de litros de água, havendo um investimento de 15 milhões de reais, segundo a imprensa. Questionou o contrassenso, a priorização de alguns segmentos em detrimento de outros.

Dr. Laerte Fernando Levai, Promotor de Justiça do Gaema Paraíba do Sul, questionou esse aquário trazido. Que tipo de animais são esses? Criados em cativeiro? Levanta a necessidade de um debate acerca do consumo da água, além da questão do bem-estar do animal usado para entretenimento humano.

25) Antonio Carlos Neri Pinho - Secretário Municipal do Meio Ambiente de Mairiporã:

Relatou que cidade tem severa restrição ambiental. Entende que a lei de mananciais é extremamente importante para garantia de água em RMSP. Veio pedir para as autoridades presentes olharem para o município que recebe toda essa carga de cobrança, pois ele precisa garantir água para todo o sistema e para tanto é necessário o reflorestamento das áreas consumidas pelos loteamentos clandestinos. Entretanto, aduziu que o Município precisa de verba para isso, portanto, pleiteia a disponibilidade de garantias de verbas para serem aplicadas nesses serviços ambientais para a população. Por fim, falou que participou de outra audiência pública sobre o zoneamento de São Paulo e percebeu uma pressão muito grande das pessoas para se viabilizar assentamento urbano para habitação. Ressaltou que é necessário saber aonde isso poderia ser feito, pois a população não tem consciência da realidade que estamos passando.

26) Solange Wuo – Comitê de Bacias do Alto Tietê:

Trabalha hoje na Prefeitura de Guararema, mas mora em Salesópolis e continua assessorando o Prefeito de Salesópolis no Comitê. O Município de Salesópolis tem também loteamentos clandestinos, mas não chega a ser um impacto maior. A questão importante é a perda hídrica, que é considerável. Hoje as nascentes diminuíram pela metade. Também disse que o comitê de



bacias tem travado uma grande luta, mas tomou uma posição de tomar medida proativa com a questão da restauração ecológica para auxiliar na produção de água.

27) Mario Luiz de Marco – Representando o Instituto Movimento em Defesa do Ribeirão do Colégio:

Mora em Araçariguama e relatou que na cidade não há exatamente o problema da crise hídrica, mas há a questão do aterro sanitário a ser escalado em cima de um único manancial de água, que abastece o Município. Este aterro vai receber resíduos industriais e domésticos de 16 cidades, uma demanda de 1.500ton/dia, vida útil de 16 anos, equivalendo a uma cidade com 4 milhões de habitantes, sendo que a cidade tem 20.000 habitantes. O parecer técnico do Comitê da Bacia do Alto Tietê pontuou algumas questões e riscos acerca da obra, como: aterramento de algumas nascentes, canalização de rio em APP, risco de contaminação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos por escoamento de chorume, dentre outros. Lembrou que a cidade não tem plano diretor. O empreendedor, que é empresa particular multinacional, junto com a Sabesp e poder executivo fizeram um acordo de nova captação de água em bacia poluída. A câmara técnica no final do referido parecer não considerou indicado à instalação desse aterro sanitário, se posicionando totalmente contra o empreendimento. Entretanto é órgão consultivo e não deliberativo e, portanto, elaborou condições mitigatórias para completar seu relatório. A Sabesp, através do relatório apresentado pelo empreendedor e o Conselho Municipal do Meio Ambiente concederam a licença prévia para este empreendimento. Disse por fim que entrou com ação popular e há uma liminar que, por ora, está barrando esse empreendimento. Então veio pedir socorro ao Ministério Público porque se tal obra for aprovada será mais um manancial a ser crucificado.

28) Alaor Vieira dos Santos – Representando o Instituto FACESP Associação de Bairros de São Paulo

Representa a FACESP e faz parte do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires. Trouxe pesquisas elaboradas em 2010 pelo laboratório de criminologia que constatou metais pesados nas análises das represas da Região Metropolitana de SP, como Rio Grande com alto teor de cobre. Fizeram esses levantamentos para chamar atenção para questão de saúde pública e do consumidor. Também relatou que existe um estudo – segundo ele da USP Leste - apontando que regiões mais violentas da grande São Paulo sofrem maior incidência de pessoas que foram contaminadas com chumbo. Por fim falou que muitas denúncias de água contaminada não são monitoradas pela vigilância sanitária local.

Dra. Alexandra, Promotora de Justiça do GAEMA PCJ Piracicaba, pediu os dados pessoais de Alaor para agendamento de oitiva para maiores informações e solicitou o envio de todos os materiais citados que foram coletados pelo mesmo.

29) Tereza Cristina Moura Penteado – Representando o Instituto Movimento Resgate Cambuí:

Está representando a sociedade e fizeram uma denúncia no Ministério Público. Entraram com uma representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado contra o senador Fernando Collor de Mello e leu a decisão final do referido Conselho.

30) Juliana Gracioli – Representando o Movimento Indígena em Ação (MIA):

Declarou-se como ativista e protetora dos quilombos e indígenas. Falou do genocídio indígena. Citou suas lutas, como em Belo Monte, sobre a frente nacional de quilombos. Enfatizou a existência de racismo ambiental para os quilombolos e indígenas: são mais prejudicados pela fiscalização e suas águas estão sendo retiradas. Mora na represa Guarapiranga e falou sobre o colapso da água.

31) Elpídio Junior – Representando o Instituto Coletivo Água Sim, Lucro Não:

É conselheiro do Meio Ambiente da Subprefeitura de Santana Tucuruvi. Disse que estão trabalhando há anos a questão hídrica. O Ministério Público precisa que a sociedade em geral aponte alguma alternativa diante dessa situação para auxiliá-lo. Falou que há muitas críticas e poucas soluções apresentadas. É criminoso o que acontece com nossa sociedade. São negados os direitos à informação. Sugeriu para o MP ajudar as instâncias políticas que muito falam e pouco fazem, orientando a população com mudança de comportamento com orientação de conduta e incentivando com a realização de oficinas, eventos, etc.

32) Márcia Groeminga – Pessoa Física: se manifestou no dia 20/08, mas quis complementar sua fala:

Apenas agradeceu a oportunidade e disse que estamos em uma maratona para viver com qualidade de vida.

33) Tereza Barros – Pessoa Física: se manifestou no dia 20/08, mas quis complementar sua fala:

Como já dito, é ex-funcionária da Sabesp. Era da unidade Norte da Sabesp e contou que havia 1.600 empresas na região e precisavam investigar se elas tratavam o esgoto ou não por exigência do Ministério Público, mas eles não tinham cadastro sobre elas. Posteriormente a Cetesb exigiu que eles elaborassem um documento chamado certidão de saneamento sanitário, ficando estabelecido que toda empresa que precisasse tirar uma licença de operação, precisaria de ter esse documento de certidão de saneamento sanitário, dizendo se o esgoto dela ia ou não para tratamento e se não fosse, quando iria. Perceberam que tal cobrança do MP se reverteu em outra forma de cobrança, porque a Sabesp não tinha como responder até então. Com essa certidão foi possível à verificação, apesar de ainda não muito precisa. Diante disso ela perguntou: como pode uma agencia reguladora ou fiscalizadora, de qualquer serviço,

estar subordinada ao mesmo responsável que dá as diretrizes a empresa que presta serviço, como a ARSESP, Cetesb, assim como todas as Secretarias de Saúde?

34) Renato Ishihara Furtado - Pessoa Física:

É geólogo e trabalha com recursos hídricos. Fez as seguintes considerações: disse que nós não temos falta d'água no Brasil, mas sim falta d'água nos sistemas que abastecem a população por falta de planejamento e investimento. Além disso, os mananciais na nossa região estão sendo aterrados com seus afluentes e as matas ciliares também estão sendo suprimidas. As prefeituras emitem autorizações de uso e ocupação do solo, através de suas secretarias de obras, mas estas não têm relação com as secretarias de planejamento dos próprios municípios, sendo um problema que precisa ser repensado. Também falou que os técnicos em 2001 já alertavam os governantes sobre a crise hídrica, sobre essa situação mais crítica de estiagem. Teceu comentário sobre os poços artesianos, é necessário se atentar para as empresas e seus responsáveis técnicos que se utilizam desse mecanismo, pois poço feito corretamente não gera contaminação ao lençol freático.

35) Darcy Brega – Instituto Movimento resgate Cambuí:

Novamente se manifestou, mas dessa vez passou um áudio do Dr. Gert Kaminski, antigo engenheiro que trabalhou na Sabesp, prestando um depoimento a respeito de um fato que ele presenciou há 50 anos. Não foi possível escutar o áudio por problemas técnicos. Ficou de relatar o áudio e entregar posteriormente tal documento, mas basicamente resumiu dizendo que no áudio, Dr. Gert está relatando uma causa de ocorrência de febre tifóide, no Jardim Japão, na região do Parque Novo Mundo, gerada por intermitência no abastecimento de água, pois a água chegava com muita baixa pressão e as pessoas não tinham caixa d'água, então elas furavam um buraco no chão e colocavam um barril para encher a água. Como são regiões sujeitas a alagamentos, a água do esgoto começou a contaminar essas águas guardadas gerando muitas ocorrências dessa febre tifoide, o que levou a 157 mortes, à época. Concluiu dizendo que ainda tem muita gente submetida nessas condições de 50 anos atrás.

36) Érica Martins de Andrade – Pessoa Física:

Novamente quis se manifestar e dar uma informação adicional acerca do problema do uso racional de água que a Sabesp tem, concebido como um novo negócio. Pediu e disse que seria interessante investigar a contratação entre Secretaria da Educação e a Sabesp, porque é uma contratação sem licitação em que a Sabesp compra DDI de 25% para administrar o serviço e o seu lucro, terceirizando integralmente. Outra questão que falou foi sobre o projeto Aquapolo. Também teceu considerações sobre o reuso da água: a proposta funcionaria se as estações de tratamento de esgoto funcionassem adequadamente, pois as estações tratam com eficiência por volta de 50% a 60% quando deveriam tratar em torno de 90%, além de, em termos de

agressão ao meio ambiente, ser complicado o reuso, pois a técnica vai salinizando o meio, jogando mais fósforo nas águas. Por fim, disse que a Sabesp virou uma empresa de fachada e que sobre os responsáveis pela crise, o diretor metropolitano acatou a ordem do governador, mas as pessoas que estão abaixo dele também poderiam se negar a executar coisas ilegais ou questioná-las e não fizeram.

37) Marta Slivak Lu:

Novamente quis se manifestar trazendo um vídeo, com depoimentos de pessoas que sofrem com a falta d'água, trazendo voz a essas pessoas que não podem estar presentes na audiência. São relatos de moradores de Osasco, no Bairro Jardim Conceição, mostrando muitos casos e depoimentos deles dizendo que a água da Sabesp está contaminada, vindo branca, com gosto estranho, dando dor de barriga, vômito e diarreia. A população está começando a comprar água e muitas delas não tem dinheiro para isso. Disse também que as pessoas estão com medo de falar, estão sofrendo represálias.

Pela Dra. Alexandra Faccioli Martins, foi feito os agradecimentos às pessoas que prestaram depoimentos, aos professores que fizeram suas apresentações, aos colegas e parceiros e aos demais colaboradores do evento, dizendo que esses dois dias foram início de um trabalho longo. Pela Dra. Sandra Kishi, a mesma saudou todos os participantes que colaboraram para o sucesso dessa proposta de audiência pública, agradeceu ao Dr. Ricardo que idealizou todo o formato desta audiência. Enalteceu também a assessoria de imprensa e a relatoria. Pelo Dr. Celso A. Matuck Feres Júnior, também foram feitos agradecimentos à presença de todos e as participações, enaltecendo o trabalho do Ministério Público de São Paulo e aos demais servidores e colaboradores, se colocando à disposição para maiores questionamentos, dizendo que esses dois dias foram muito importantes para colheita de provas. Pela Dra. Célia Regina Camashi Satander, foi dito que foi muito importante ouvir as pessoas da sociedade e os problemas trabalhistas, as discriminações e assédio trabalhista que certamente serão investigados a partir desta audiência. Pelo Dr. Ricardo Manuel Castro foi dito que foram colhidos 80 depoimentos, protocolados de diversos documentos, além de denúncias digitais, possibilitando novos procedimentos e providências cabíveis a ser tomados em decorrência de tudo isso. Na sequência, leu um trecho da encíclica do Papa Francisco a respeito do Meio-Ambiente, que de forma brilhante, expõe que:“(...) enquanto a qualidade da água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar esse recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita as leis do mercado. Na realidade, o acesso a água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para exercício de outros direitos humanos.” E concluiu dizendo que é exatamente por isso que eles estão trabalhando para resgatar a segurança hídrica do Estado de São Paulo e para que haja o direito universal a uma água em quantidade e em qualidade. Agradeceu também os funcionários, a equipe que foi ouvida, o

Núcleo de Políticas Públicas que auxiliou na organização do evento e os parceiros sem os quais a divulgação da audiência pública não teria sido tão bem sucedida a ponto de após 20 horas de trabalho ainda ter audiência no auditório e acompanhamento maciço dos trabalhos desenvolvidos. Asseverou o compromisso que empenharão e exercerão as atribuições que lhes são confiadas com a responsabilidade ímpar de todos os presentes a mesa que são membros do Ministério Público, dos diversos Ministérios Públicos, assim como a Defensoria Pública que muito ajudou. Pela Dra. Thalita Gonçalves, Defensora Pública de São Paulo, foi feito o agradecimento a todos e ressaltou que os mais afetados pela crise hídrica são a população carente e a defensoria tem que agir também, como dever constitucional. Agradeceu ao Ministério Público pela participação e apoio ao evento. E terminou citando uma frase da Dra. Sandra Kishi: “nós somos a voz da sociedade” e essa audiência pública serviu para selar nossa união, de todos aqui presente.

Após as devida ponderações, Dr. Ricardo Manuel Castro encerrou, às 19horas, a audiência pública, agradecendo a presença e a colaboração de todos.

Nada mais havendo a tratar, nós, \_\_\_\_\_ Liliana Jacintho Caleiro, Analista Jurídico, e \_\_\_\_\_ Marise Cotta Machado, Oficial de Promotoria, lavramos a presente ata, sob a supervisão do \_\_\_\_\_ Dr. Ricardo Manuel Castro.

São Paulo, 14 de setembro de 2015.

**RICARDO MANUEL CASTRO**

Promotor de Justiça Secretário Executivo do GAEMA Núcleo Cabeceiras